

ANÁLISE DOS CORPOS MILITARES NO GOVERNO DE JERÔNIMO JOSÉ DE MELO E CASTRO (1763 – 1797)¹

Bruno Cezar Santos da Silva
Graduando em História pela UFPB
brunoc2s@hotmail.com

Resumo:

Essa comunicação visa analisar a configuração, atuação e distribuição dos corpos militares na capitania da Paraíba, no período de vigência do governo de Jerônimo José de Melo e Castro (1763-1797), época, inclusive, em que a capitania esteve anexada a Pernambuco. A proposta é demonstrar, através de um levantamento feito nos documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), a existência de uma relação interessante entre a criação de corpos e companhias militares, a fundação de vilas e o incremento populacional. Mais ainda, é verificar, na medida em que as tropas são constituídas, uma nítida diferenciação quanto a aspectos étnico-sociais, sobretudo, no que tange à composição do oficialato. Por fim, com a apresentação dos referidos pontos, buscamos evidenciar a crescente complexidade das identidades no período colonial.

Palavras-chave: corpos militares; Brasil Colônia; Paraíba.

Introdução:

Este trabalho tem por objetivo evidenciar a composição, atuação e atribuições, tanto jurídicas quanto administrativas, pelas quais passaram as instituições militares existentes na capitania da Paraíba, durante a segunda metade do século XVIII. Especificamente, nos idos do governo de Jerônimo José de Melo e Castro que geriu a mesma durante os anos de 1763 e 1797.

Os longos 34 anos em que Melo e Castro esteve à frente da administração da Capitania da Paraíba, são marcados por um fato emblemático: a subordinação à capitania de Pernambuco. A anexação perdurou 44 anos, precisamente até o dia 17 de Janeiro de 1799, quando a rainha D. Maria I expede uma carta régia, declarando a restituição de sua autonomia. Neste ínterim, a colônia brasileira enfrentava uma situação de grave crise e a Paraíba não poderia representar uma exceção. Então, tentando dirimir o problema, o Conselho Ultramarino julga necessário anexar à capitania da Paraíba à de Pernambuco, num parecer datado de 29 de dezembro de 1755, cuja a cópia manuscrita trancrevemos.

¹ Este artigo é fruto de trabalho de iniciação científica (PIVIC) desenvolvido na esfera do grupo de estudo: Estado e Sociedade no Nordeste colonial (PPGH/DH/UFPB), intitulado: Os Corpos militares na capitania da Paraíba (1764 – 1799), sob orientação do professor Acácio José Lopes Catarino.

Dom José, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves daquém e de além mar em África senhor da Guiné etc. Faço saber a vos Governador e Capitão General de Pernambuco que por se ter conhecido os poucos meios que há na Provedoria da Fazenda para sustentar um Governo separado fui servido por resolução de vinte e nove de dezembro do próximo passado tomada em consulta do meu Conselho Ultramarino extinguir o dito governo da Paraíba que acabado o tempo do governador atual [Luis Antônio de Lemos de Brito] fique esta Capitania sujeita ao governo de Pernambuco pondo-se na Paraíba um capitão-mor com igual jurisdição e soldo ao que tem o Capitão-mor da cidade de Natal do Rio Grande do Norte. De que vos aviso para que assim o tenhais entendido. El Rei Nosso Senhor o mandou pelos Conselheiros dos seu Conselho Ultramarino abaixo assinados e se passou por duas vias. Caetano Ricardo da Silva a fez em Lisboa a vinte e nove de dezembro de mil setecentos e cinqüenta e cinco. O Secretário Joaquim Miguel Lopes de Lavre a fez escrever. Antônio Freire de Andrade, Antônio Lopes da Costa. Cumpra-se e registre-se na Secretária deste Governo. Recife, dezenove de fevereiro de mil setecentos cinqüenta e seis. Rubrica².

Com a criação da Companhia de Comércio Pernambuco-Paraíba, em 1759, a anexação se consolida. O órgão fora criado com o objetivo de ativar a economia, diversificando e intensificando a produção, através de incentivos e isenções. No entanto, a Paraíba ficaria ainda mais presa a Pernambuco e, pior, mais depauperada.

Segundo Oliveira (2007: 109-110) não foram encontrados motivos que justificassem a medida do governo; inclusive, a própria câmara da cidade posicionou-se contra, alegando existir as condições necessárias para se manter a capitania autônoma³. Todavia, a autora reconhece a existência de um implícito plano de centralização política, idealizado e ambicionado pelos membros da elite pernambucana, bem como o interesse monopolista da burguesia portuguesa instalada no Recife, visando uma maior articulação entre os setores agrário e comercial.

Com efeito, é interessante sublinhar que os motivos que levaram a Paraíba, como também, a capitania do Rio Grande do Norte e do Ceará a se subordinarem à de Pernambuco não foram meramente regionais. Ao contrário, era na figura do Marquês de Pombal, então ministro do rei D. José I, que todo esse projeto de racionalização político-econômico se fundamentava, sendo o reformista ilustrado o grande impulsionador da reordenação das capitanias em gerais e anexas (MAXWELL, 1996).

Por isso, seria enganoso entender esta medida como puramente arbitrária, como faz tradicionalmente a historiografia (MACHADO, 1977; MELO, 1997). O estado atual da investigação já demonstra que, ao menos para as instituições militares, este é um período de diversificação dos

² Citado em Elza Regis de Oliveira. *A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia (1755-1799)*. 2ªed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007, p. 106.

³ AHU_ACL_CU_014, Cx. 19, D. 1494; AHU_ACL_CU_014, Cx. 19, D. 1495; AHU_ACL_CU_014, Cx. 20, D. 1551.

corpos e seu espraiamento pelo território paraibano é representativo deste fenômeno, malgrado as imensas dificuldades encaradas pelos governadores para se promover a manutenção e o ordenamento das tropas. Isto segue, inexoravelmente, uma tendência geral do império luso-brasileiro de então: não bastasse estar pautado em valores ilustrados que preconizavam o Exército ordenado regimentalmente, o Marques de Pombal teve que atravessar desafios em diversas frentes contra seus antagonistas espanhóis e franceses (na Europa e na América do Sul) e mesmo contra seus aliados ingleses (que detinham o domínio dos mares e da comunicação com as suas colônias).

É, portanto, amalgamado a estas vicissitudes político-econômicas, em vigor na capitania da Paraíba e no império luso-brasileiro, que desenvolvemos nossa pesquisa. Executada a partir de um levantamento de dados feito na documentação paleográfica, nomeadamente, o corpo dos documentos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, disponibilizados em CD-Roms pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco. A inventariação rendeu a consecução de valiosas informações concernentes à temática militar, tais como: a composição das tropas pagas e de auxiliares, com ênfase nas companhias e no oficialato; esclarecimentos sobre a configuração organizacional e o estado de não conservação da principal chave de defesa da capitania – a Fortaleza de Santa Catarina, no Cabedelo; questões relacionadas ao fardamento, armamento e munições; bem como sobre a evidente insatisfação do governador Jerônimo José de Melo e Castro com a falta de autonomia para deliberar os assuntos militares, em função da subordinação a Pernambuco. Todos estes aspectos e outros mais serão melhor problematizados no item a seguir.

Os Corpos Militares:

Para os Estados europeus assentados no Antigo Regime e diretamente imbuídos no projeto colonial, era fundamental o desenvolvimento de um sólido sistema de defesa instalado nas colônias. A constante ameaça de invasões externas; a necessidade de conservação da ordem civilizacional e, sobretudo, o respaldo às práticas lucrativas de exploração, dava ao aparelho militar uma posição de substancial destaque.

No caso do Brasil, o modelo militar implantado, seguiria, em larga escala, as características do formato ibérico, assimilando suas técnicas e inovações. Neste sentido, os corpos estariam organizados, no século XVIII, da seguinte forma: Tropas de primeira linha, milícias e ordenanças.

Segundo Silva (2001: 77-79) e Cotta (2007: 2-4), as tropas de primeira linha eram os exércitos permanentes, regulares e burocráticos, formadas por oficiais e soldados profissionais,

todos, com direito à soldo. Em tese, recebiam, também, fardamento, armamento, farinha, azeite, capim, cavalos e assistência hospitalar; Exigia-se a obrigatoriedade de ser português para integrá-la, porém, a demanda nunca era suficiente, sempre necessitando complementá-la com soldados brasileiros, brancos ou mulatos. As milícias eram as denominadas tropas auxiliares, tinham o papel de defender e lutar pelos anseios da Coroa, além de suprir o trabalho que os pagos deviam fazer, quando estes não podiam acudir o Real Serviço; era composta por civis; não logravam remuneração (com exceção dada ao Sargento-mor e ao Ajudante), devendo patrocinar seu próprio fardamento e armamento; o fator determinante na sua conjuntura era a divisão territorial – comarcas e freguesias – e a posição econômico-social; estavam organizadas em Terços de Infantaria e Regimentos de Cavalaria. Devido à ocupação de seus componentes em outras atividades produtivas, os treinamentos eram realizados, apenas, aos domingos. Já as Ordenanças eram compostas por toda população masculina, entre 16 e 60 anos, que não estava na lista dos recrutados para as tropas de linha ou milícias, o que torna a sociedade colonial militarizada, uma vez que, incluía todos os homens no contexto das hierarquias militares. Também são organizadas em terços, comandadas por um Capitão-mor.

Definida as linhas-mestras da organização militar, na conjuntura colonial, partiremos para uma análise pormenorizada da situação na Capitania da Paraíba, tendo em vista a sua relação com a ordem metropolitana e suas peculiaridades no âmbito regional.

Começaremos, apresentando as características das tropas pagas. Com respeito à composição numérica das companhias e à divisão do oficialato, verificou-se, durante toda segunda metade do século XVIII, certa estabilidade. Eram três as companhias que guarneciam a Capitania (a terceira fora criada em 1757): uma na fortaleza de Santa Catarina, na barra do Cabedelo e, as outras duas, na praça da cidade da Parahyba do Norte - única cidade e maior núcleo urbano da Capitania. O Estado Maior compunha-se de um Sargento-mor, um Ajudante, um Capelão, um Cirurgião e um Capitão-mor para cada uma das Companhias. Na Fortaleza de Santa Catarina, a presença dos artilheiros assinalava um diferencial. Comandados por um oficial denominado Condestável, era considerado, pelo governador Jerônimo José de Melo e Castro, a principal peça de defesa contra qualquer ataque inimigo.

QUADRO 1

Companhias Pagas da Paraíba - 1766

		Cia da Fortaleza de Sta. Catarina	1ª Cia da praça da cidade	2ª Cia da praça da cidade
Capitão-mor		1	1	1
Tenente		1	1	1
Alferes		1	1	1
Tambor		1	1	1
Sargento	Super	2	2	2
	Número			
Cabos de Esquadra		4	4	4
Soldados	Granadeiros	16	12	12
	Artilheiros	10	n/ existe	n/ existe
	Fuzileiros	32	32	32
EFETIVO		68	54	54
ESTADO MAIOR		4	TOTAL	180

Fonte: Documentos avulsos da Capitania da Paraíba (AHU_ACL_CU_014, Cx. 20, D. 1559).

Nota: Quadro elaborado pelo autor a partir dos dados do AHU.

Logo, ficou-se bastante evidente que as vinte e sete léguas, correspondentes ao litoral paraibano, não estavam bem protegidas pelas tropas pagas, uma vez que, o efetivo mostava-se deveras insuficiente. O perigo de uma invasão era iminente e a prática do contrabando, uma constante. O sistema de defesa da Capitania sofria de uma inexorável vulnerabilidade e o problema era agravado pelo precário estado de conservação da Fortaleza de Santa Catarina.

Várias foram as cartas emitidas pelos capitães-mores que governaram a Paraíba, expondo o verdadeiro quadro de calamidade vigente na caserna, durante o século XVIII e, até antes⁴. Melo e Castro foi um dos que tentou, com veemência, solucionar o embrolho. Numa missiva de 1765, dirigida ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar – Francisco Xavier de Mendonça Furtado -, diz o governador: “Pelo Conselho Ultramarino dou conta a Sua Magestade [...] que a Fortaleza do Cabedelo precisa de hum evidente reparo para evitar sua ruína”⁵. Dez anos depois, escreve o capitão-governador à mesma secretaria, agora ocupada por Martinho de Melo e Castro: “A Fortaleza do Cabedelo principal defeza desta Capitania se acha com huma grande parte de peças descavalgadas e sem lagedo para a laboração [...], sem parapeito, sem polvora, sem

⁴ Cf. AHU_ACL_CU_014, Cx. 2, D. 109: Carta datada de 14 de maio de 1680, em que o capitão-mor da Paraíba, Alexandre de Souza e Azevedo, expõe o estado de ruína da Fortaleza do Cabedelo. AHU_ACL_CU_014, Cx. 14, D. 1179: Datada de 6 de setembro de 1746, com mesmo motivo. AHU_ACL_CU_014, Cx. 25, D. 1955: Datada de 24 de fevereiro de 1744, idem.

⁵ AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1756.

catanas, com humas peças de espingardas quasi inuteis”⁶. E, para legitimar o total descaso das instâncias de poder, em torno do assunto, analisemos o que denuncia Fernando Delgado Freire de Castilho (1797–1802), sucessor de Melo e Castro, em 1798:

Não que ella seja acabada e reedificada completamente, mas que seja reparada de modo que possa subsistir, e o que jamais poderá ser se prontamente se não acudir as ruínas que passo a referir e que caminham a largos passos para a sua total destruição⁷.

A realidade era, definitivamente, complicada. Neste sentido, uma alternativa lançada pelas mesmas autoridades militares para dirimir a fragilidade defensiva da Capitania, foi a ereção de um fortim na Baía da Traição. Na região, localizada no litoral setentrional, funcionava um modesto porto, de onde saía produtos da terra, em larga escala, contrabandeados; sobretudo, pelos franceses. Tratava-se, portanto, de uma área sob constante risco. No entanto, nada foi feito e as ilicitudes, que desmantelavam a relação de pacto colonial, permaneceram sem nenhum impedimento efetivo.

Quanto aos soldados, as condições de vida e trabalho eram degradantes. Segundo Leonzo (1979: 152-165), as obrigações dos soldados consistiam em: guarnecer a fortaleza; policiar a cidade; conduzir a correspondência de seus oficiais; arrecadar “importâncias”, destinadas à Junta da Fazenda Real; Transportar mantimentos e objetos para o fomento do “Real Serviço”; evitar desordens, extravios, etc. Vale salientar que, como os pagos só serviam na cidade e no forte, nas demais vilas e freguesias, tais atribuições eram assumidas, por completo, pelos auxiliares. Com efeito, todo esse conjunto de tarefas era recompensado com a falta de fardamento, armamento, munição e, eminentemente, pela falta de pagamento...

A farda era um elemento fulcral nesta conjuntura do Antigo Regime, seja para promover a identidade das tropas, seja para legitimar a soberania do rei. Porém, por algum motivo (dificuldade econômica da Coroa, subordinação a Pernambuco, descaso, ou todos) estas não foram distribuídas, regularmente, aos militares. Não obstante, dois fragmentos de cartas de Melo e Castro são representativos deste descaso:

Uma de 21 de abril de 1766:

A indecência a que se vão reduzindo os soldados desta Praça, por se lhe terem retardado os fardamentos há mais de quatro anos, me faz indispensável repetir a Vossa Magestade a precisão em que se achão, e a fidelidade que os faz beneméritos da piedosa atenção de Vossa Magestade⁸.

⁶ AHU_ACL_CU_014, Cx. 25, D. 1964.

⁷ AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2458.

⁸ AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1777.

Outra de 28 de março de 1787:

Os soldados das Tropas pagas desta Praça sem fardamento há mais de dose annos, e há muito mais sem fardetas, se acham em estado indecente que não parecem soldados de Sua Magestade por que alguma farda velha com que apparecem a compram aos soldados dos Regimentos de Pernambuco⁹.

Os documentos apontam para dois axiomas irrefutáveis. Primeiro, o abandono absoluto dos soldados. Segundo, a notória diferenciação de tratamento existente entre os soldados de Pernambuco e os da Paraíba, com aqueles logrando fardamentos novos com maior frequência; chegando ao ponto dos paraibanos comprarem as sobras dos de Pernambuco.

A manutenção das companhias não era problemática, tão somente, em função do exíguo fardamento. As armas e munições constituíam-se em poucas e de baixa qualidade. Queixas acerca da incapacidade das armas e demais apetrechos bélicos, como a pólvora, foram recorrentes¹⁰.

Outro aspecto que grassava a vida destes soldados, dizia respeito ao não pagamento dos salários. Silva (2001: 163-183) afirma que, em 1653, uma forma global de remuneração é estabelecida pela Coroa, através das determinações tiradas do regimento das Fronteiras, elaborado em 29 de agosto de 1645. Segundo o documento, as tropas de linha deviam ser pagas pela Fazenda Real que, em última instância, submetia-se ao Conselho da Fazenda. Enquanto os oficiais pagos da milícia, estariam sob a responsabilidade do alcaide-mor da capitania; já os oficiais da ordenança pagos – quando tinham – recebiam os ordenados das Câmaras de cada vila ou cidade. Contudo, logo se percebe a inviabilidade deste plano de remunerações. Uma das razões fundamentava-se na escassez de dinheiro em toda a América portuguesa - baseada numa economia pouco monetarizada. Por isso, cogita-se hipóteses alternativas, como o pagamento em gêneros com valor de uso (tecido, sal, farinha, açúcar, etc.).

O fato é que a inadimplência da Coroa contribuía, substancialmente, para o aumento crônico da pobreza entre os soldados, mas também, entre os oficiais inferiores (Alferes, Sargento, Cabos-de-esquadra, etc). Tal fenômeno pode ser aferido no “requerimento do sargento da Infantaria paga, João Inácio da Rocha, e mais soldados, à rainha [D. Maria I], solicitando, pelo amor de Deus, pagar os seus soldos, que estão atrasados há um ano”¹¹.

Sinalizador deste estado de miséria dos soldados é, também, a necessidade essencial de uma botica na Capitania, equipada de medicamentos e curativos, com o objetivo de remediá-los e

⁹ AHU_ACL_CU_014, Cx. 30, D. 2170.

¹⁰ Cf. AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1760; AHU_ACL_CU_014, Cx. 25, D. 1964.

¹¹ AHU_ACL_CU_014, Cx. 26, D. 2019.

evitar possíveis epidemias. Numa carta de Melo e Castro endereçada ao Secretário da Marinha e Ultramar, no ano de 1765, ilustra-se bem este fato:

Os soldados da Infantaria paga desta guarnição são pobríssimos por cuja causa padecem em suas enfermidades hum grande dezamparo por não terem com que comprem remédios para atalhá-las.

A Botica que Vossa Magestade se dignou mandar-lhe para seu curativo se finalizou como consta da certidão do Cirurgião da mesma Infantaria e parece deve Vossa Magestade continuar-lhe a graça de mandar surtir a botica conforme a receita incluza que bem merecem os mesmos soldados pela obediência e zelo com que servem a Vossa Magestade¹².

No que tange às milícias, até o ano de 1766, as tropas estavam divididas em 10 companhias, distribuídas em torno da praça da cidade e das demais freguesias de seu distrito. Com efeito, essa configuração era tenazmente criticada por Melo e Castro, uma vez que comprometia, em demasia, o progresso econômico da Capitania.

Como já exposto, os seus integrantes derivavam da sociedade civil e, por isto, estavam vinculados à alguma atividade produtiva, que se via minimizada em função das obrigações militares (os soldados tinham que se manter igualmente exercitados no manejo das armas e na disciplina, em relação aos soldados regulares). Para mitigar tamanho prejuízo, o governador propunha a sua redução para oito companhias e a ampliação das ordenanças para que “todos gozem o alívio que por ella lhes hé concedido”. O mesmo, ainda apontava a existência de vários homens não alistados, lançando como alternativa a criação de mais companhias de ordenança.

QUADRO 2

Companhias Auxiliares da Paraíba - 1766

¹² AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1755.

	1 ^a Cia	2 ^a Cia	3 ^a Cia	4 ^a Cia	5 ^a Cia	6 ^a Cia	7 ^a Cia	8 ^a Cia	9 ^a Cia	10 ^a Cia
Meste-de-Campo	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Capitão-mor	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1
Ajudante	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Alferes	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Sargento-mor	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Sargento	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Cabos de Esquadra	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Soldados	39	42	43	57	53	50	41	50	56	34
Efetivo	48	51	52	65	62	59	50	58	65	43
TOTAL							564			

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU_ACL_CU_014, Cx. 19, D. 1490).

Nota: Quadro elaborado pelo autor a partir dos dados do AHU.

Não obstante, mudanças substanciais ocorreriam na composição das tropas auxiliares. Contudo, nenhuma seguindo as reivindicações supracitadas de Melo e Castro. Em primeiro lugar, foi criado, no mesmo ano de 1766, o terço de Pardos, a exemplo do que já havia acontecido na Bahia e Pernambuco. Com isso, dividiriam-se, os auxiliares, fundamentalmente, a partir de critérios de ordem étnico-social. Tal criação esteve, em larga escala, relacionada à insatisfação destes pardos com o preconceito imposto pelos brancos e com o descorfoito de se sentirem igualados aos negros. Como é denunciado por Melo e Castro em missiva de 17 de abril do referido ano:

Na Praça e Recinto desta cidade há inumeráveis pardos que mas satisfeitos de servirem no Regimento dos Henriques e de serem desprezados nas ordenanças dos Brancos, me requerem, com grandes instâncias que para evitarem o abatimento que tem na Companhia dos pretos e desprezo que experimentão nas dos brancos, lhe crie hum corpo de Companhias que os comprehenda, onde haja officiais e postos aqui elles possão aspirar, assim como se practica em Pernambuco e Bahia¹³.

As tropas auxiliares passariam a ser formadas por cinco corpos: três terços de Infantaria – um de brancos, um dos Henriques e outro dos pardos -, e por dois regimentos de Cavalaria. É

¹³ AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1778.

interessante sublinhar que sua composição aumentaria vertiginosamente, em decorrência desta reformulação. Em 1769, os três terços de Infantaria apresentariam, juntos, 1592 praças; já os dois regimentos de Cavalaria – o novo e o velho – teriam 864 membros.

Segundo Silva (2003: 497), um dos fatores que explicam esta ampliação dos corpos auxiliares, está assentada no aumento da população. O autor aponta que “entre a segunda metade do século XVIII e inícios do seguinte, nenhuma parte da América portuguesa registrou maior crescimento populacional que a região compreendida pela capitania de Pernambuco e suas anexas – Paraíba, Rio Grande do norte e Ceará, incluindo a comarca das Alagoas”¹⁴.

No caso da Paraíba, isto fica explícito quando se analisa o processo de ereção de vilas (PINTO, 1977). Até 1758, todo o termo da Capitania pertencia à cidade da Parahyba do Norte; no final do século, além da cidade, já existiam sete vilas, a saber: Vila Nova do Pilar (1758), Vila Nova de São Miguel da Baía da Traição (1758), Vila Nova de Alhandra (1758), Vila Nova de Montemor-mor da Preguiça (1762), Vila Nova do Conde (1768), Vila Nova de Pombal (1772), Vila Nova da Rainha, futura Campina Grande (1790).

O próprio Irineu Pinto, baseando-se em fontes não muito confiáveis (pelo menos, não especificadas), traz informações acerca da população da Paraíba. Partindo da descrição feita pelo padre Domingos Loreto Couto, em 1754, aponta que, na cidade, habitava três mil pessoas e que, em todo seu termo, isto é, na Capitania, existiam mais de vinte mil almas. Já, vinte anos depois, a despeito da fundação de vilas e núcleos populacionais, o estudioso demonstra existir mais de trinta mil habitantes, como fica evidenciado no quadro abaixo:

QUADRO 3

Núcleos urbanos e respectiva população – 1774.

NÚCLEOS URBANOS	Nº DE FOGOS	Nº DE HABITANTES
Parahyba (cidade)	2437	10050
Taipú	780	3700
Nossa Senhora do Pilar (vila)	249	965
Nª Senhora da Conceição de Campina Grande	421	1490
Cariri de Fora	410	1799

¹⁴ Cf SILVA, Luiz Geraldo. Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado Nação (Pernambuco, 1770-1830). Em: JANCSÓ, István. (org.). Brasil: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijupi; Fapesp, 2003. p. 497-520).

Conde (vila)	445	744
Alhandra (vila)	620	1009
Baía da Traição (vila)	265	628
Montemor (vila)	1313	4498
Pombal (vila)	2451	5422
TOTAL	9391	30305

Fonte: PINTO, 1977, p. 165s

Nota: Quadro elaborado pelo autor a partir dos dados do AHU.

É, indubitavelmente, encadeado a estas vicissitudes, de adensamento populacional e urbano, que se dá o espraimento das tropas – sobretudo, das auxiliares - na Colônia. A instalação das instâncias militares caracterizava-se como um dos marcos legitimadores da estrutura colonial, haja vista, configurar-se como um elemento imprescindível na busca e manutenção da ordem, bem como na defesa e expansão dos interesses de el rei. Muito embora, este não seja o único fator que determinou o crescimento dos corpos.

Silva (2003: 500) sinaliza outro motivo: o envolvimento lusitano em conflitos bélicos, deflagrados nesse momento nas fronteiras meridionais e no norte amazônico. No caso da querela em torno da Colônia de Sacramento, extremo sul do Brasil, contra os espanhóis, sabe-se que várias tropas foram criadas, nas capitanias brasileiras, com o intuito de disponibilizar forças na disputa pelos recursos naturais e humanos encontrados na região da Bacia do Prata. Neste contexto, preconizou-se o envio de soldados pardos e negros, usados, essencialmente, como “buchas de canhão” e grosso do exército. Outrossim, o mesmo fora feito em relação à ocupação da Guiana Francesa.

Ademais, não se pode deixar de levar em consideração, o fato de que os terços auxiliares se configuravam como excelentes meios de ascensão social na Colônia. O pertencimento a um dos corpos militares determinava e revelava o lugar social do indivíduo. Com efeito, certos cargos, como os de oficiais superiores, só poderiam ser ocupados por homens provenientes da nobreza, seja da terra, seja da Coroa. No entanto, é importante pontuar que, entre a Coroa e os domínios do Ultramar, existiam diferenças nas formas de promoção destes postos. Em Portugal, o elemento primordial era a origem do sangue, com isto, os postos de maior prestígio destinavam-se, univocamente, aqueles que saíam dos setores aristocráticos da sociedade. Nas colônias, a lógica apresentava uma sutil distinção. O fator determinante era a prestação de serviços à Coroa, ou seja, a demonstração de fidelidade a partir de atos concretos, como a participação em guerras e conquistas - feitos diretamente vinculados ao projeto colonizador (COSTA, 2007: 3-6). Devido a tal pormenor, vários foram os casos de homens que chegaram ao topo da hierarquia militar por

intemédio de sua vasta folha de serviços. Contudo, é evidente que o aspecto nobiliárquico também apresentava forte representatividade.

É sabido que as nomeações militares passavam, antes de serem deferidas, por uma consulta realizada pelo Conselho Ultramarino ou Conselho de Guerra e que as proposições eram encargo do governador ou da Câmara Municipal. O processo se dava com o lançamento de editais na região onde surgia a vaga; os interessados elaboravam uma espécie de *curriculum vitae* e enviavam-no para a instância responsável (a presença de uma indicação, vinda de um ilustre, poderia influir diretamente na escolha). Era comum, também, a ocupação dos postos, antes da emissão das ordens régias – documentos que concediam a chancela real –, em função da necessidade e da dificuldade de comunicação.

Vejamos o caso de Luis Queixada de Luna, tenente da Companhia que guarnece a Fortaleza de Santa Catarina, escolhido para ocupar o cargo de Capitão da mesma Companhia, em 1765, vago por falecimento de Manoel Gonçalves Ramalho. No fragmento abaixo, fica nítido que o aspecto diferencial na sua escolha é a confiança do governador em sua competência e experiência:

Luis Queixada de Luna que mostra haver sevido Vossa Magestade na refferida Capitania trinta e nove annos e onze meses, em praça de soldado, cabo de esquadra, sargento do número, e nos postos de alferes e tenente de Infantaria paga da Companhia que guarnece a Fortaleza do Cabedelo que actualmente exercita desde três de março de mil sete centos e sincoenta e seis cumprindo sempre com a sua obrigação¹⁵.

O caráter social dos corpos militares, na segunda metade do século XVIII, estava fundamentalmente calcado na política implantada pelo Marquês de Pombal. O mesmo visava promover uma maior integração dos setores sociais, petencentes às camadas populares e excluídas, quais sejam: brancos livres e pobres, mulatos, índios, escravos forros, à conjuntura do Estado Absolutista, tornando-os igualmente súditos, ou seja, conhecedores plenos de suas obrigações para com a lei e o soberano (MELLO, 2006: 38-41).

Neste sentido, a instituição vista como propulsora de todo este projeto não poderia ser outra senão a militar, sobretudo, em função da necessidade premente que o Brasil tinha de consolidar as suas posses territoriais; substituindo a Igreja, considerada, agora, incapaz de garantir a preservação do poder real. Com efeito, verificou-se, neste íterim, uma ampliação significativa do número de terços formados por pardos e negros¹⁶.

Por fim, trago à discussão, a realidade das tropas de Ordenança na Paraíba. Não para falar, especificamente, de sua composição organizacional, uma vez que, a documentação se

¹⁵ AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1772.

¹⁶ Cf. SILVA, Luiz Geraldo, op.cit, p. 500-502.

mostrou deveras exígua para este fim (ou, talvez, fora pouco explorada), mas, para evidenciar um aspecto capital na conjuntura da sociedade colonial: o recrutamento.

QUADRO 4

Tabela das Companhias de Ordenança -1766

	1ª Cia	2ª Cia	3ª Cia	4ª Cia	5ª Cia
Capitão-mor	1	1	Não há referência.	1	1
Alferes	1	1	1	1	1
Sargento	2	2	2	2	2
Cabo de Esquadra	4	4	4	4	4
Soldados	55	56	45	48	63
Efetivo	63	64	52	56	71
TOTAL	306				

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU_ACL_CU_014, Cx. 19, D. 1490).

Nota: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados do AHU.

Estruturado, originalmente, no Regimento das Ordenanças de 1570, o recrutamento seria revisto e sistematizado pelo Alvará de 1764. Por ele, intensificava-se a cobrança em torno do capitão-mor acerca da feitura de listas completas e atualizadas, contendo todos os habitantes militarmente aptos ao serviço (MELLO, 2006: 47-56).

É interessante salientar que o recrutamento era realizado para arregimentar homens, com intuito de compôr as tropas de linha. Como já referenciado, para as milícias, o critério embasava-se na condição étnico-social e, para as ordenanças, não havia recrutamento. Tal fato, ratifica a idéia de que as companhias pagas eram completadas por recrutas nascidos na colônia.

Outro ponto, é a forma como os recrutamentos eram feitos. Com efeito, não existia uma fórmula ímpar. Os mesmos variavam à luz da realidade de cada local e com as necessidades de cada momento. No entanto, duas coisas eram ubíquas: o seu caráter arbitrário, isto é, a maneira ultrajante e violenta como procedia e o grupo social alvo – os vagabundos.

Nos documentos atinentes à questão do recrutamento, como o alvará de 1764, percebe-se uma preconização do nicho populacional envolvido em atividades produtivas. Seriam isentos (só para dar alguns exemplos): os comerciantes e seus caixeiros, desde que estivessem em plenas

atividades; os filhos únicos dos lavradores; os filhos únicos de viúva; os artífices, que estivessem com loja ou em obras; empregados do “Real Serviço”.

Mesmo com estes cuidados, eram consequências oportunizadas pela prática: o recrudescimento da produção alimentícia, o aumento da pobreza, bem como o despovoamento das vilas.

Não obstante, quem não se enquadrava nos critérios de insenções, poderia lançar mão do suborno, caso tivesse cabedal e prestígio. Logo, o fato era que nenhum homem serviria nas tropas regulares por vontade própria.

Conclusão:

Para finalizar, deixo registrado a insatisfação do governador, Jerônimo José de Melo e Castro, com a sua total inoperância em relação às tropas da Capitania. Com efeito, várias foram as cartas remetidas à Corte, reclamando do estado de subordinação que a Paraíba se via frente à Pernambuco¹⁷. E, neste contexto, o assunto mais abordado era aquele concernente aos corpos militares.

Partindo dos documentos avulsos do Conselho Ultramarino, diagnosticamos que Melo e Castro logrou autonomia sobre as questões militares, apenas, nos três primeiros anos de seu governo¹⁸. A partir daí, a jurisdição, tanto das tropas regulares, quanto das auxiliares – milícias e ordenanças -, passaram a ser prerrogativa dos capitães-governadores de Pernambuco¹⁹. A simples nomeação de oficiais, mesmo os de baixo escalão, ficava restrita ao referido governador. Essa situação arrefecia, inexoravelmente, a sua autoridade dentro da Capitania.

É impossível não assossiar a situação de descaso em que se deparava as tropas da Paraíba – sem fardas, sem armas e munições, sem paga, sem disciplina, sem defesa, visto que, a fortaleza de Santa Catarina se encontrava em pleno estado de ruínas -, com o cerceamento das

¹⁷ Cf. SOUSA, Fabrícia Kalene Alves de. *A jurisdição do exílio: o governo de Jerônimo José de Melo e Castro (1764-1799)*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História – UFPB, João Pessoa, 2007.

¹⁸ AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1772.

¹⁹ AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1803; AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1806; AHU_ACL_CU_014, Cx. 24, D. 1897; AHU_ACL_CU_014, Cx. 25, D. 1967; AHU_ACL_CU_014, Cx. 26, D. 1999.

ações de Melo e Castro. Ao mesmo tempo, não podemos desconsiderar a influência das medidas pombalinas na realidade paraibana, a começar pela subordinação, pois, o espraimento das tropas, atrelado à fundação de vilas e freguesias; a criação do terço dos pardos, reformulando a sistematização das milícias; bem como, a ampliação dos poderes da instância militar, em detrimento da religiosa, são sinalizadores deste processo.

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa, ainda, em seu estágio embrionário. O mesmo visa descortinar as vicissitudes inerentes a este período tão lacunar na historiografia paraibana, sobretudo, no tocante à configuração e representatividade desses corpos militares. Com o aprofundamento das pesquisas, pretendida por nós e outros ávidos historiadores, veremos, indubitavelmente, um maior esclarecimento deste importante momento, não só da história da Paraíba, mas, de todo o nordeste colonial.

Referências:

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz *et al.* *Fontes repatriadas: Anotações de História Colonial, referência para pesquisa / Índices do catálogo da Capitania de Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O Estado português no Brasil: Sistema administrativo e fiscal. Em: SILVA, M. Beatriz. N. da (org). *O império luso-brasileiro (1750-1822)*. Estampa, 1986. pp. 263-300.

CATARINO, Acácio José Lopes. *A interface regional: militares e redes institucionais na construção do Brasil (1780-1830)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da USP, São Paulo, 2001.

COSTA, Ana Paula Pereira. Trajetórias e carreiras militares no contexto do império português: promoções e conflitos nos atos eleitorais para postos nos corpos de ordenanças. Comarca de Vila Rica, 1735-1777. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 68, jan. 2007. Disponível em: <<http://br.groups.yahoo.com/group/HISTORIADOBRASIL/message/2314>>. Acesso em 13 fev 2007.

COTTA, Francis Albert. Os terços de homens pardos e pretos libertos: mobilidade social via postos militares as Minas Gerais do século XVIII. *Mneme-Revista de Humanidades – UFRN – CERES*. Disponível em: <http://www.seol.com.br/mneme>. Acesso em 13 de out. de 2007.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEONZO, Nanci. *Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo: as milícias*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da USP, São Paulo, 1979.

_____. As instituições. Em: SILVA, M. Beatriz. N. da (org). *O império luso-brasileiro (1750-1822)*. Estampa, 1986. pp. 302-331.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: o paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MACHADO, Maximiano. *História da Província da Paraíba*. 2. ed. João Pessoa: UFPB, 1977.

MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os corpos de ordenanças e auxiliares: sobre as relações militares e políticas na América portuguesa. *Revista História: questões & debates*. n. 45, 2006. p. 29-56. Disponível em: <<http://www.poshistoria.ufpr.br/revista.htm>> Acesso em: 10.out.2007.

MELO, J. Otávio. *História da Paraíba*. 5. ed. João Pessoa: UFPB, 1997.

OLIVEIRA, Elza Régis de. *A Paraíba na crise do século XVII: subordinação e autonomia*. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

_____; MENEZES, Mozart Vergetti de & LIMA, Maria da Vitória Barbosa (Orgs.). *Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a História da Paraíba*. João Pessoa: UFPB, 1977. v. 1

SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

SOUSA, Fabrícia Kalene Alves de. *A jurisdição do exílio: o governo de Jerônimo José de Melo e Castro (1764-1799)*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História – UFPB, João Pessoa, 2007.

AS COMPANHIAS DE AVENTUREIROS PAULISTAS E AS CAMPANHAS AO SUL DA AMÉRICA

Christiane Figueiredo Pagano de Mello
Doutora pela Universidade Federal Fluminense

Em 1775, a Coroa expediu novas diretrizes defensivas para os domínios meridionais da América portuguesa. Foram nomeados D. Antonio de Noronha para Capitão-General da Capitania de Minas Gerais e Martim Lopes Lobo de Saldanha para a de São Paulo. As Capitanias do centro-sul – Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro –, receberam um encargo maior na responsabilidade pela defesa das fronteiras sulinas, tornaram-se o centro político-administrativo e militar do Império português na América, devendo manter um objetivo único, consonante e uníssono.

A falta de recursos financeiros fez o governo português privilegiar os processos e estratégias de combate local, considerados como elementos imprescindíveis na definição da guerra travada com a Espanha pelos territórios ao sul da América. Nesse sentido, reveste-se de interesse a resposta do Marquês do Lavradio ao general João Henrique Böhn, que havia reclamado das tropas de São Paulo enviadas ao Rio Grande de São Pedro. O Vice-Rei se esforçava em demonstrar ao general Böhn as vantagens que poderiam resultar da utilização de tropas daquela qualidade. Para isso, refere-se às guerras efetuadas na Europa, cujas tropas encontravam-se bem municadas e submetidas a uma ordem e a uma regra, e considera seu aspecto contraproducente, em relação às tropas de São Paulo, visto que *“o modo de se sustentarem hé todo o mesmo; e finalmente não tem vantagens huas sobre as outras”*¹.

O Marquês ressaltava o caráter extremamente positivo na utilização de uma espécie de tropa que, embora mal equipada e mal preparada, em termos europeus, trazia em si a compensação e a vantagem de dispor de meios de combate muito próprios, completamente inesperados e desconhecidos de seus inimigos: *“todo o seu cuidado hé em fazerem hostilidades, sem se exporem, vivem nos mattos, sem fazerem diferença dos bichos, conhecem tambem, e acham-se familiarizados com aquelas habitações, que nelas se recolhem, ali se sustentam e conservão sem outro nenhum socorro, e dali saem como feras a fazerem estragos que em todos os tempos temos visto”*². Apostando nesse diferencial como fator estrategicamente importante, talvez o único recurso de que realmente dispunham os portugueses para enfrentar a

¹ “Carta do Marquês do Lavradio para João Henrique Böhn, RJ, 10/2/1777”, BNL, Reservados, Códice 10631, s/ paginação.

² *Idem*.

guerra com os espanhóis, o Marquês afirmava que mesmo em um enfrentamento desses extravagantes contingentes com as *“tropas ligeiras européias, que poderão fazer cá com estes bichos; hé sem dúvida que couza alguma, por que a tropa ligeira se não embrenha por mattos, se não a queles que conhece (...)”*³. Dessa forma, é possível verificar a especial atenção da Coroa, direcionada por seus representantes ultramarinos, para o aproveitamento máximo desse tipo de tropa, existente na Capitania de São Paulo e destinada às campanhas ao Sul do América, composta de sertanejos e caçadores, fossem eles chamados de aventureiros ou de voluntários.

A força terrestre, no Estado do Brasil, estava organizada em três escalões: o Exército de Linha, ou Tropa Paga, recrutado entre os solteiros; as Forças Auxiliares, constituídas por homens válidos, geralmente casados; e, finalmente, as Ordenanças, compostas pelos outros homens militarmente úteis. As ditas companhias de aventureiros, caçadores ou voluntários estavam fora deste esquema, e eram contratadas, mediante a promessa de soldo, para determinadas missões específicas.

Morgado de Mateus, logo após sua chegada em Santos no ano de 1765, para dar início ao governo de São Paulo, recebeu ordens do Vice-Rei Conde da Cunha para levantar quatro companhias de Aventureiros naquela Capitania. Ciente da sua situação militar, o então governador considerava que *“Os ditos aventureiros fazem despeza m.^{to} gr.^{de} e não he tropa capaz de fazer serviço regular”*⁴; no entanto, foi informado sobre os relevantes motivos existentes para empregar esse tipo de tropa: *“he a tropa mais util e mais propria q’ pode haver para as campanhas de Rio Grande.”*⁵ Em 1766, mediante a notícia de *“q’ os castelhanos crescião em numero naquela fronteira”*⁶, as quatro companhias paulistas de Aventureiros, formadas por Morgado de Mateus, foram enviadas pela primeira vez às fronteiras do Sul. Apesar de grandes dificuldades, Morgado conseguiu realizar sua expedição.

Apesar de as Coroas Ibéricas terem acordado uma trégua em suas disputas na zona meridional da América através do Tratado de Paz de 1763, pode-se verificar que a Coroa portuguesa implementou uma política de concentração de tropas naquela região. Em 24 de fevereiro de 1764, José Custódio de Sá e Faria foi nomeado governador do Rio Grande, tendo por principais missões reorganizar a administração, fortificar o território ainda em poder dos portugueses, e sistematizar, gradualmente, a

³ *Idem.*

⁴ *“Ofício de Morgado de Mateus para o Conde de Oeiras, S.P., 4/8/1765”*, AHU, SP., Avulsos, Cx. 23, doc. 2239.

⁵ *Idem.*

⁶ *“Ofício de Morgado de Mateus para o Conde de Oeiras, S.P. 9/3/1766”*, AHU, SP., Avulsos, Cx. 24, doc. 2294.

reconquista dos territórios em poder dos espanhóis – a vila do Rio Grande, as povoações fronteiriças de São José do Norte e a entrada da lagoa dos Patos⁷.

As tensões fronteiriças permaneciam crescentes, e atingiram seu clímax com a notícia de uma expedição preparada por Vertis y Salcedo, então governador de Buenos Aires, que se dirigia para a fronteira do território português. Pela Ordem Régia de 1774, enviada a Morgado de Mateus que dispunha sobre as diretrizes militares ordenadas para a Capitania de São Paulo diante da iminência de um novo conflito, pode-se verificar a importância dada pela Coroa ao auxílio que as tropas de caçadores, ou aventureiros paulistas, prestavam nas fronteiras ao Sul do Estado. Naquele documento, o item de número 59 era especialmente dedicado ao valor dessas tropas na defesa das terras ultramarinas: “*devo prevenir a V.S.^a, para seu Governo no Plano de defença daquelles Domínios Portugueses (...) que entram como parte a mais essencial, os socorros de Tropas de caçadores, e de homens de armas q’ de presente se empregam; e de futuro se hão de empregar nessa Capitania (...)*”⁸.

Em 10 de fevereiro de 1777, ciente dos planos castelhanos, o Marquês do Lavradio, escreve ao general Böhm, contando que “*já consta ter sahido a Esquadra*” de Cevallos em direção a Santa Catarina. Na mesma carta, o general é informado sobre as várias ordens da Corte de Portugal, entre as quais “*Que a tropa do Cor.^{el} Rafael Pinto, faça todas as assiadas, e mais estragos q’ couberem no possível nos gados, e cavalhadas, (...) afim q’ elles não achem gados com q’ sustentem, e com q’ possam fazer as suas conduções (...)*”⁹.

À medida em que as disputas se acirravam na América meridional com a conquista da Ilha de Santa Catarina pelos espanhóis, aumentavam as expectativas com relação à participação dos paulistas. Em carta ao governador de São Paulo, o Vice-Rei considerava conveniente atizar o ímpeto paulista a fim de “*se renovarem no seu coração aq^{le} rancor q’ em outro tp.^o tinham aos Cast.^{os}”*¹⁰. Para isso, era importante que soubessem “*q’ os Cast.^{os} dizem q’ os seus dezejos mais ardentes, são de se vingarem dos paulistas (...)*”¹¹.

Em 11 de abril de 1777, em carta a Martim Lopez Lobo de Saldanha, o Marquês do Lavradio lamenta o acontecido na Ilha de Santa Catarina e informa ao

⁷ Goulin, Tau, *A Guerra Guaránítica*, RGS, Editora da Universidade de Passo Fundo, 1999, p.55..

⁸ “*Martinho de Mello e Castro para Dom Luiz Antonio de Souza Mourão, Palácio da Ajuda, 22/4/1774*” AHU, Códice 569, p.70.

⁹ “*Carta do Marquês do Lavradio para João Henrique de Böhm, RJ, 10/2/1777*”, BNL, Reservados, Códice 10631.

¹⁰ “*Carta do Marquês do Lavradio para o Governador de São Paulo, RJ, 11/4/1777*”, BNL, Reservados, Códice 10631.

¹¹ “*Carta do Marquês do Lavradio para Martim Lopez Lobo de Saldanha, RJ, 26/3/1777*”, BNL, Reservados, Códice 10631.

governador as providências que se faziam necessárias “a fim de ivitar-mos a continuação de tão desgrasados sucessos”¹². Segundo o Vice-Rei, aquela derrota colocava em grave perigo os domínios portugueses na América meridional, mas também representava “huá porta aberta e franca dentro da nossa casa”¹³, sobretudo se as forças inimigas se expandissem e conquistassem o Rio Grande de São Pedro.

Nesse tenso quadro geopolítico, a estratégia militar adotada foi a de direcionar todas as forças da Capitania de São Paulo, bem como de todas as demais, aos lugares em que fossem de maior importância. Ao enviar as forças distintivas e características de que dispunha a Capitania de São Paulo para as batalhas contra os espanhóis, o Marquês manifestava otimismo e confiança no desempenho desses combatentes que, historicamente, aterrorizavam os espanhóis: “As forças q’ os Cast.^{os} ali podem ter, são huás forças q’ não podem fazer receio aos paulistas. Estes são aq.^{eles} q’ destruirão em todo o tp.^o aq.^{la} gente”¹⁴. Além disso, o Marquês não esqueceu de garantir as recompensas de apresamento que resultariam das vitoriosas batalhas, “ficando p.^a elles tudo q.^{to} puderem apanhar e ganharem aos mesmos inimigos”¹⁵.

Porém, mesmo considerados pela Coroa “como parte a mais essencial”¹⁶ das forças da Capitania de São Paulo, este tipo de tropa, composta de caçadores e aventureiros, não evitou a derrota sofrida pelos portugueses, em 3 de junho de 1777, em Sacramento. A perda desta colônia mostrou a urgente necessidade de equipar e preparar aquele contingente militar, para que houvesse meios de, pelo menos, impedir a expansão do inimigo. Entretanto, a condição dessa tropa continuou precária. Em 20 de junho de 1777, quando o Vice-Rei Marquês do Lavradio respondeu às solicitações de armas e de fardamento para a tropa de caçadores, feitas por Lopez Lobo, evidenciou não só a trágica situação militar desses soldados-caçadores no fronte de batalha, mas também a penúria em que se encontrava a Capitania do Rio de Janeiro: “V.Ex^a me pede armas p.^a estes corpos, eu as mandaria a V.Ex^a se as tivesse, porem eu me acho na mesma necessid.^e, e do mesmo modo estou a resp.^{to} de fardamento”¹⁷. Em outros termos, caminhavam para a guerra “sem camiza e

¹² “Carta do Marquês do Lavradio para Martim Lopez Lobo de Saldanha, RJ, 11/4/1777”, BNL, Reservado, Códice 10631.

¹³ *Idem.*

¹⁴ *Idem.*

¹⁵ *Idem.*

¹⁶ “Martinho de Mello e Castro para Dom Luiz Antonio de Souza Mourão, Palácio da Ajuda, 22/4/1774” AHU, Códice 569, p.70.

¹⁷ “Carta do Marquês do Lavradio para Martim Lopez Lobo de Saldanha, RJ, 20/6/1777”, BNL, Reservado, Códice 10631

*descalços*¹⁸, sem armamento, e conforme visto acima, quase todos arregimentados por causa da forte pressão do governador de São Paulo.

O relato leva a crer que no confronto travado com os espanhóis, a tropa constituída de caçadores tinha, como único recurso bélico, a *“liberdade p.^a que elles busquem a destruição daq.^{les} homens por todos os modos q’ elles poderem”*¹⁹. Uma situação de precariedade que, inserida no quadro geral de minguadas forças e escassos armamentos disponíveis aos portugueses nos territórios meridionais a serem defendidos, era alarmante.

Pequena mostra dessa grave situação era o Regimento de Linha da ilha, em cujo mapa demonstrativo constavam 773 homens, mas que na realidade apresentava apenas 337, muitos completa ou parcialmente incapazes. Em grande parte, as numerosas peças de artilharia das fortalezas estavam danificadas ou em péssimo estado de conservação; além disso, estavam obsoletas se comparadas às produzidas pelos franceses, fabricantes das peças utilizadas pelos exércitos mais eficientes e sofisticados da época. De qualquer forma, os estrategistas militares portugueses consideraram, por mais surpreendente que possa parecer, que – de acordo com a quantidade de armamentos e munição posteriormente comprovada pelo inventário de capitulação – as forças portuguesas teriam estado em condições de oferecer combate e, mais que isso, infligir grande estrago²⁰, ao inimigo, o que efetivamente não se verificou.

Do lado espanhol, *“jamais se fez um armamento igual para a América”*²¹ antes da expedição de Cevallos. A despeito de os documentos revelarem algumas contradições entre o planejamento e a realização, as forças e os armamentos empregados, segundo Tau Golin²², comprovam a magnitude da expedição espanhola enviada àquela parcela do Novo Mundo.

Neste embate de tão grande vulto e diante das poderosas forças enviadas pelos espanhóis para a reconquista dos territórios meridionais então sob o domínio português, não parecia haver qualquer possibilidade da tropa de aventureiros paulistas virem a se constituir em elementos significantes, quantitativa ou qualitativamente, mesmo considerando sua afamada *“quallidade de ataques e*

¹⁸ *“Carta do Marquês do Lavradio para Martim Lopez Lobo de Saldanha, RJ, 1/8/1777”*, BNL, Reservados, Códice 10631.

¹⁹ *“Carta do Marquês do Lavradio para Martim Lopez Lobo de Saldanha, RJ, 11/4/1777”*, BNL, Reservado, Códice 10631

²⁰ Caldas, Cândido, *História Militar da Ilha de Santa Catarina*, Florianópolis, Lunardeli, 1992, p.49-54, *Apud*, Tau Golin, *A Guerra Guaranítica, Op.cit.*, p. 107.

²¹ *“Intimação de Cevallos ao marquês de Casa Tilly. Bordo do navio Poderoso, 7/2/1777”*, Campanha del Brasil, 1941, t.3, p.455, *Apud*, Tau Golin, *A Guerra Guaranítica, Op.cit.*, p.105.

²² Golin, Tao, *Op.cit.*, p.103.

*estratagemas com q' ofendem o inimigo, e por isso se fazem m.^{to} temidos*²³.

Tampouco os armamentos de que dispunham os portugueses, ainda que em número significativo, porém ultrapassados e danificados, tornavam-nos capazes de um combate de igual para igual contra os fortemente equipados espanhóis. Portanto, pode-se concluir que o principal obstáculo para o triunfo da expedição de Cevallos foi a negociação de paz estabelecida entre as Coroas de Portugal e Espanha, selada no Tratado de Santo Idelfonso em 1^o de outubro de 1777.

²³ “Ofício de Morgado de Mateus para o Conde de Oeiras, S.P., 4/8/1765”, AHU, SP., Avulsos, Cx. 23, doc. 2239.

A FORTALEZA DOS REIS MAGOS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII

Paulo César Possamai
Doutor em História Social pela USP
Professor do Departamento de História e do PPGH da UFRN
paulopossamai@cchla.ufrn.br

RESUMO: Com a rendição dos holandeses, em 1654, os portugueses retomaram as fortificações costeiras que haviam estado na mão dos inimigos. Dentre elas estava a fortaleza dos Reis Magos, situada na capitania do Rio Grande. A documentação da época insiste em apontar o estado de ruína da fortaleza e a falta de soldados, armas e munições durante o período em questão. Os esforços feitos na tentativa de reforçar as defesas costeiras foram prejudicados pela eclosão da chamada “Guerra dos Bárbaros”, que opôs os colonos aos índios do sertão, quando os poucos recursos disponíveis foram canalizados para financiar a luta contra os indígenas. Trataremos aqui da situação de quase abandono da fortaleza nesse período crítico que se seguiu à expulsão dos holandeses da América portuguesa.

Com o propósito de afastar os franceses do litoral e conquistar o Rio Grande aos indígenas, assim como estabelecer uma ponta-de-lança a fim de garantir o avanço da colonização para os territórios situados a oeste e noroeste, o rei Filipe I de Portugal (e Filipe II de Espanha) ordenou ao governador-geral do Estado do Brasil que mandasse os capitães-mores de Pernambuco e da Paraíba organizarem uma expedição para conquistar a região.¹

A expedição foi comandada pelo capitão-mor de Pernambuco, Manuel Mascarenhas Homem. Acompanhava-o um jesuíta espanhol, Gaspar de Samperes, ex-soldado e com experiência em arquitetura militar. Segundo Olavo de Medeiros Filho teria sido ele o autor do traçado da fortaleza. A obra foi iniciada em taipa, ou seja, em terra batida, em 6 janeiro de 1598, na foz do rio Potengi, razão pela qual recebeu o nome de fortaleza dos Reis Magos.²

Em 24 de junho, Mascarenhas Homem declarou que a fortaleza estava em estado de defesa. Passou então o comando da mesma a Jerônimo de Albuquerque, regressando a Pernambuco.³ Entretanto, as obras prosseguiram no intuito de revestir a construção com pedra, a fim de aumentar a sua resistência contra as chuvas e as marés. Se os muros de terra resistiam melhor que os de pedra ao canhoneio, pelo

¹ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos, missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*, pp. 54-55.

² FILHO, Olavo de Medeiros. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*, pp. 21-22.

³ VICENTE DO SALVADOR, frei. *História do Brasil*, p. 271.

menos nos estágios iniciais do bombardeio,⁴ as intempéries lhes causavam danos constantes.

A fortaleza dos Reis Magos foi uma das primeiras fortificações revestidas de pedra no Brasil. Segundo Evaldo Cabral de Mello, o uso da pedra na construção militar só se generalizaria depois da expulsão dos holandeses,⁵ os quais preferiam as fortificações de terra batida, que não tinham o inconveniente de ferir os defensores com as lascas que se desprendiam da construção durante o bombardeio, como acontecia com as de pedra.⁶

Em 1630, Adriano Verdonck, espião a serviço dos holandeses, descreveu o forte dos Reis Magos: “este é o melhor que existe em toda a costa do Brasil, pois é muito sólido e belo... as muralhas podem ter 9 a 10 palmos de espessura e são dobradas tendo o intervalo de barro”.⁷

Três anos depois, os holandeses invadiram o Rio Grande e ocuparam a fortaleza, que passou a chamar-se castelo Keulen, em homenagem ao comandante da expedição conquistadora. Durante a ocupação holandesa as obras prosseguiram na fortaleza. Em 1638 foram contratados um engenheiro português, Cristóvão Álvares, e dois mestres-pedreiros do Recife, João Rodrigues e Antônio Pires, que comandaram o restauro e a melhora das defesas da fortificação.⁸

Entretanto as melhorias feitas não foram utilizadas para defender a fortaleza de um ataque português, já que a guarnição holandesa a abandonou em 1654, após a rendição do Recife.⁹ Mesmo que a fortaleza não tenha sofrido um bombardeio por ocasião da reocupação portuguesa, as obras ainda não estavam completas e foram retomadas em ritmo lento. Em 1664 o vice-rei, Dom Vasco de Mascarenhas, escrevia

⁴ KEEGAN, John. *Uma história da guerra*, p. 333.

⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*, p. 227.

⁶ VELLOZO, Diogo da Sylveyra. *Arquitetura militar ou fortificação moderna*, pp. 174-175.

⁷ *Apud* FILHO, Olavo de Medeiros. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*, p. 25.

⁸ FILHO, Olavo de Medeiros. *Os holandeses na Capitania do Rio Grande*, pp. 7-13.

⁹ “Certo oficial que fugira de Recife numa jangada, na noite que precedeu à capitulação, levou a notícia do que estava acontecendo aos estabelecimentos de Itamaracá e Paraíba, ainda firmemente em poder dos holandeses. Disse ainda, provavelmente para justificar o seu modo de proceder, que os vencedores sanguissedentos ignorariam todas as condições a que haviam dado o seu assentimento, matando todos quantos viviam em Recife. Isso produziu tal pânico entre as guarnições do norte, que sem esperarem ser atacados, ou saber se elas se achavam incluídas nas cláusulas da capitulação, embarcaram quase todas às pressas nos primeiros navios de que puderam lançar mão, fugindo para as Antilhas. O exemplo foi seguido pelo anfibio coronel Haulthain, que entregou aos próprios prisioneiros portugueses a bem aprisionada fortaleza da Paraíba, fazendo-se à vela rumo ao mar das Caraíbas, e levando consigo, de passagem, a guarnição do Rio Grande”. BOXER, Charles R. *Os holandeses no Brasil*, p. 342.

ao capitão-mor do Rio Grande, Valentim Tavares Cabral, que “à fortaleza acuda vossa mercê como puder e vá continuando as obras até se acabar o mais preciso”.¹⁰

Porém, a boa vontade do vice-rei não era suficiente para garantir o bom andamento das obras, como mostra a correspondência do capitão-mor, pedindo material de construção e alimentação para a guarnição. A situação econômica era difícil e o vice-rei mandou o capitão-mor retirar dos recursos destinados à construção da fortaleza o valor necessário para alimentar a tropa. A conjuntura era, de fato, extremamente delicada. Os holandeses exigiram uma pesada indenização para desistir do Brasil¹¹ e os portugueses ainda lutavam contra os espanhóis, que não reconheciam a ascensão da dinastia de Bragança ao trono lusitano.

Ao fim da Guerra da Restauração da independência portuguesa (1640-1668), Portugal encontrava-se em péssima situação financeira, pois estava pesadamente endividado junto às nações que o auxiliaram a garantir a independência com relação à Espanha. Fato esse agravado pelo grande número de concessões feitas aos estrangeiros no comércio colonial, para assegurar o reconhecimento da ascensão da dinastia de Bragança ao trono português e também pelo início da produção açucareira nas Antilhas, responsável pela baixa no preço internacional do açúcar, até então a principal fonte de rendimentos da Coroa. Em vista da baixa dos rendimentos dos produtos coloniais, entre o Tratado de Londres de 1661 e os acordos de Methuen (1703), o comércio exterior português concentrou-se na venda da produção metropolitana: vinhos para a Inglaterra e sal de Setúbal para os Países Baixos.¹²

A situação não era crítica somente na metrópole, mas também nas colônias. O comércio com o Oriente fora praticamente desmantelado com a conquista de vários entrepostos pelos holandeses e a produção do açúcar fora desorganizada nas capitâneas do norte do Brasil durante a guerra. Não somente se deveria reorganizar a economia e restaurar as fortificações como ainda contribuir para o pagamento do acordo de paz com a Holanda.

Em 1665, os oficiais da Câmara de Natal escreveram ao rei, informando-lhe do péssimo estado em que se encontrava a fortaleza dos Reis Magos. Sobre os soldados, diziam “que de doze não são hoje mais de seis porquanto a miséria que

¹⁰ GALVÃO, Hélio. *História da fortaleza da barra do Rio Grande*, p. 134.

¹¹ A rendição do Recife não significou o fim das pretensões holandesas sobre o Brasil. Portugal teve de pagar uma vultuosa indenização a fim de evitar uma guerra contra a Holanda. Cf. BOXER, Charles. *Op. cit.*, pp. 358-360.

¹² MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil*, pp. 248-249.

padecem os obriga a largarem a obrigação”. Queixavam-se que o vice-rei alegou que não tinha como socorrê-los, propondo que a guarnição fosse paga com os dízimos arrecadados na capitania, os quais não eram suficientes, segundo os camaristas. Pediam então que a Coroa sustentasse uma guarnição de oitenta soldados, mais os artilheiros e oficiais necessários, assim como a provesse com pólvora e munição. Asseguravam que o investimento na segurança dos moradores traria desenvolvimento à região, que se traduziria em mais contribuintes para a Coroa:

“pedimos a Vossa Majestade mande reedificar as ruínas da dita fortaleza, para que à sombra dela se povoe esta Capitania e tenha Vossa Majestade ou sua Real Fazenda nela lucros, porquanto se fazem dois engenhos de açúcar e far-se-ão mais se Vossa Majestade puser seus benignos olhos nesta nossa petição”.¹³

A Câmara tentava mostrar à Coroa que o investimento lhe traria retorno financeiro e que a sua ajuda era fundamental para o desenvolvimento da capitania, que se encontrava pouco povoada e com escassez de víveres e, portanto, dificilmente poderia sustentar a guarnição. Concluía o relato sobre as dificuldades em representar uma comunidade pobre, com poucos moradores e sem comércio de vulto com uma ameaça velada: “mais fácil seria aos moradores deixar a Capitania para outras e o mesmo será se o capitão-mor os quiser obrigar a que guarneçam a fortaleza”.¹⁴

O capitão-mor, Valentim Tavares de Cabral, deu seu aval ao documento enviado pela Câmara, acrescentando outra queixa. Dizia que fizera repetidos pedidos ao vice-rei, conde de Óbidos (1663-1667), para que lhe enviasse homens e munições, mas que nada se fazia por que o capitão-general de Pernambuco não atendia as ordens que vinham da Bahia devido a uma desavença com o vice-rei. Porém a falta de socorro não se vinculava somente a uma querela pessoal entre essas autoridades, mas provavelmente se ligava à dificuldade do governo de Pernambuco em sustentar todas as guarnições que estavam sob a sua administração, pois Cabral afirmava que o antecessor do conde de Óbidos, o governador-geral Francisco Barreto (1657-1663), já

¹³ Carta dos oficiais da Câmara de Natal ao rei D. Afonso VI. Natal, 28 de julho de 1665. *AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 7.*

¹⁴ Carta dos oficiais da Câmara de Natal ao rei D. Afonso VI. Natal, 28 de julho de 1665. *AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 7.*

havia mandado que o governo de Pernambuco guarnecesse a fortaleza dos Reis Magos com oitenta soldados, mas que nada se fizera nesse sentido.¹⁵

Ao tomar posse no governo do Rio Grande, em 1669, o sucessor de Valentim Tavares Cabral, o capitão-mor Antônio de Barros Rego e Catanho, informou que encontrara na fortaleza apenas um soldado, o filho de seu antecessor, mas que conseguira alistar sete soldados. Porém, como o governador-geral proibira ao provedor da Fazenda Real outras despesas além dos 60\$000 em farinha, os soldados deserdaram. Catanho apelou a Lisboa, salientando a posição estratégica da fortaleza dos Reis Magos: “Neste Estado está a dita Fortaleza, sendo que é a melhor deste Estado e mais fronteira aos tapuias e índios que poderá suceder que vendo-a desfabricada de tudo se poderão levantar”.¹⁶

Em 1670, o Conselho Ultramarino repassou ao rei uma representação da Câmara de Natal, acompanhada de uma carta do capitão-mor, nas quais se voltava a mostrar o estado de abandono da fortaleza dos Reis Magos, sem guarnição e munição suficientes. Outra vez propunha-se um efetivo de oitenta soldados a serem mantidos com os dízimos das capitâneas vizinhas da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, como acontecia antes da invasão holandesa, uma vez que os recursos da capitania do Rio Grande eram poucos e estavam consignados à reforma da igreja matriz.¹⁷

Uma carta régia de 26 de janeiro de 1671 ordenou ao capitão-general de Pernambuco a remessa de vinte soldados de infantaria e pólvora. O governador-geral, Visconde de Barbacena, reforçou a ordem para que de Pernambuco seguisse a pólvora necessária e mandou que se continuassem as obras de fortificação, porém suspeitava da malversação dos fundos, dizendo: “Convém em primeiro lugar se averiguar a forma em que há tantos anos, se tem despendido a renda dos mesmos dízimos na reedificação da Fortaleza sem luzir as obras dela”.¹⁸

Finalmente chegaram alguns soldados, pois o capitão-mor Antônio Vaz Gondim, escreveu ao rei que, no momento em que tomou posse, encontrou a fortaleza guarnecida com somente oito homens, mas, em dezembro de 1673, ela já contava com vinte, embora todos fossem infantes e não houvesse nenhum artilheiro. Pedia mais soldados até completar o número de oitenta infantes e dois artilheiros,

¹⁵ Carta do capitão-mor do Rio Grande ao rei D. Afonso VI. Natal, 28 de julho de 1665. *AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 8.*

¹⁶ *Apud* GALVÃO, Hélio. *História da fortaleza da barra do Rio Grande*, p. 136.

¹⁷ Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro. Lisboa, 12 de novembro de 1670. *AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 12.*

¹⁸ *Apud* GALVÃO, Hélio. *História da fortaleza da barra do Rio Grande*, p.138.

juntamente com as armas e munição necessárias. Informava ainda que tinha dado início à reconstrução da igreja matriz, porém, como a comunidade era muito pobre, pedia a ajuda da Coroa para a conclusão da obra. Acreditava que o templo serviria como um pólo de povoamento “por que em estando a igreja feita creio será meio para que esta cidade se povoe; tenho obrigado aos moradores de maiores cabedais a que tratem de levantar nela suas casas”.¹⁹

O Conselho Ultramarino foi de parecer que se mandasse o governador de Pernambuco enviar munições, vinte e cinco soldados, um alferes e um sargento para a guarnição da fortaleza e que um engenheiro verificasse a situação da mesma e também se encarregasse da construção da matriz.²⁰ O príncipe regente aceitou o conselho e, em 1674, ordenou ao governador de Pernambuco que enviasse ao Rio Grande o que fora recomendado pelos conselheiros. Por sua vez, a Câmara de Olinda ficava encarregada do sustento da guarnição do forte dos Reis Magos.²¹

A eclosão da “Guerra dos Bárbaros” forçou a Coroa a renovar as ordens para que o governo de Pernambuco enviasse armas e munições para a guarnição da fortaleza dos Reis Magos, em 1686. Se a subordinação da fortaleza ao governo de Pernambuco garantia o sustento da guarnição, também trazia problemas. Em dois de julho de 1689, o Senado da Câmara de Natal escreveu ao rei pedindo que os soldados fossem recrutados no Rio Grande, alegando que os pernambucanos logo desertavam. Porém, pedia que a guarnição continuasse a ser paga por Pernambuco “enquanto a sua fazenda real nesta capitania não chegar para esta despesa”.²² A Coroa, entretanto, decidiu que não só a fortaleza se mantivesse sob a administração de Pernambuco como toda a capitania. Para facilitar a mobilização contra os índios, o Rio Grande foi separado da jurisdição da Bahia e anexado a Pernambuco em 1701.²³

Em 1693, o Conselho Ultramarino deu conta à Coroa de diversas cartas acerca do estado de ruína da Capitania do Rio Grande e da fortaleza dos Reis Magos por causa da Guerra dos Bárbaros. Sugeriu então que o rei contratasse uma pessoa com o encargo de vistoriar as fortalezas e colocá-las em estado defensável.²⁴ Já em 1674

¹⁹ Carta do capitão-mor do Rio Grande ao príncipe regente D. Pedro. Natal, 8 de dezembro de 1673. *AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 14.*

²⁰ Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro. Lisboa, 7 de abril de 1674. *AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 14.*

²¹ SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo*, p. 179.

²² *Apud* GALVÃO, Hélio. *História da fortaleza da barra do Rio Grande*, p. 140.

²³ LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade*, p. 83.

²⁴ Consulta do Conselho Ultramarino. Lisboa, 23 de novembro de 1693. *AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 35.*

se criara uma Superintendência das Fortificações de Pernambuco e das demais capitanias do Norte, com tesouraria própria e autonomia administrativa, porém tudo indica que a medida não chegou a ser efetivada.²⁵

O capitão-mor do Rio Grande informava o rei, em 1693, que todas as peças de artilharia da fortaleza estavam desmontadas, pois os canhões não possuíam carretas²⁶ que os sustentassem. A burocracia da administração colonial, somada às distâncias entre as autoridades aumentava muito a demora em sanar os problemas. O governador-geral mandou que as carretas fossem enviadas a Pernambuco onde deveriam ser consertadas pelo menor preço, mas ainda não tinham retornado por que não havia dinheiro para o pagamento da obra. Reclamava ainda que só encontrara cinco soldados na guarnição da fortaleza, onde “nem as portas estão capazes de se fechar”.²⁷

Em 1699, o governador-geral escreveu ao governador de Pernambuco que, por ordem régia, ele deveria enviar para Natal mais trinta soldados, a fim de completar o número de cinqüenta, cifra sugerida pelo capitão-mor do Rio Grande como a necessária para a defesa da fortaleza dos Reis Magos.²⁸

Na representação de dois de agosto de 1702, a Câmara de Natal alegava que os cinqüenta soldados da guarnição da fortaleza, tirados dos Terços de Pernambuco, eram “os de piores costumes”, que continuamente desacatavam as autoridades que não tinham meios de castigá-los. Voltava então a pedir que o recrutamento se fizesse na região, alegando que “nesta capital se acham moradores com muitos filhos capazes de formarem o dito presídio”.²⁹

Parece estranha a petição da Câmara quando se sabe que o pagamento dos militares era sempre “mal, tarde, ou nunca”, conforme Boxer.³⁰ Porém no contexto econômico de Natal, uma pequena cidade com economia de subsistência, a profissão de soldado pode ter sido interessante para alguns jovens. Porém, se preferiam os da terra aos pernambucanos os camaristas sempre faziam questão de que o pagamento

²⁵ GALVÃO, Hélio. *História da fortaleza da barra do Rio Grande*, p. 136.

²⁶ “Carreta de artilharia. São dois paus muito grossos, com outros quatro atravessados, que sustentam a peça”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp> acessado em 18 de junho de 2008.

²⁷ Carta do capitão-mor do Rio Grande, Sebastião Pimentel, ao rei D. Pedro II. Natal, 4 de agosto de 1693. *AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 35*.

²⁸ SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo*, p. 213.

²⁹ *Apud* GALVÃO, Hélio. *História da fortaleza da barra do Rio Grande*, p.141.

³⁰ BOXER, C. R. *O império marítimo português*, p. 310.

da guarnição fosse feito pelo governo de Pernambuco, com a alegação de que os rendimentos da capitania não suportariam tal gasto.

A fortaleza dos Reis Magos foi mais um símbolo do poder da Coroa portuguesa no Rio Grande que um meio eficaz de proteção da costa. Os holandeses a tomaram sem muito esforço e, desde a sua saída, a fortaleza não voltou a enfrentar um ataque estrangeiro. Teve um importante papel na conquista da região aos índios mais foi, sobretudo, um motivo de orgulho para as autoridades locais e quiçá também para a população. Quase que invariavelmente, as cartas dos capitães-mores e do Senado da Câmara enviadas à Coroa pedindo homens e recursos para a fortaleza sempre a mencionam como a melhor do Estado do Brasil. Ao descrever o Rio Grande, Sebastião da Rocha Pitta, na sua célebre “História da América portuguesa”, não pode omitir o principal monumento da capitania: “a fortaleza dos Santos Reis das mais capazes do Brasil em sítio, firmeza, regularidade e artilharia, edificada sobre uma penha de grandeza desmedida com quatro torreões”.³¹

BIBLIOGRAFIA

BOXER, Charles R. *O império marítimo português, 1415-1825*. Trad. Ana Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. 2ª Ed. Recife: CEPE, 2004.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp> acessado em 18 de junho de 2008.

GALVÃO, Hélio. *História da fortaleza da barra do Rio Grande*. 2ª Ed. Natal: Fundação Hélio Galvão; Scriptorium Candinha Bezerra, 1999.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOPES, Fátima Martins. *Índios, Colonos, Missionários na Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado; Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

_____. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII*. Recife, 2005, 699f. Tese (Doutorado em História do Norte-Nordeste) - Universidade Federal de Pernambuco.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande do Norte*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997.

³¹ ROCHA PITTA, Sebastião da. *História da América portuguesa*, p. 75.

_____. *Os Holandeses na Capitania do Rio Grande*. Natal: IHGRN, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

_____. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630/1654*. São Paulo: Edusp, 1975.

ROCHA PITTA, Sebastião da. *História da América portuguesa*. São Paulo: Clássicos Jackson, 1958.

SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial*. Recife: Prefeitura do Recife, Secretaria da Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

VELLOZO, Diogo da Sylveyra. *Arquitetura militar ou fortificação moderna*. Organização e comentários de Mário Mendonça de Oliveira. Salvador: Edufba, 2005.

VICENTE DO SALVADOR, frei. *História do Brasil, 1500-1627*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

A NOVA GUERRA, A GUERRA BRASÍLICA E A GUERRA DOS SERTÕES: UMA NOVA PERSPECTIVA SOBRE A GUERRA DOS BÁRBAROS.

Soraya Geronazzo Araujo
Profa Ms Depto de História / UERN
sogeronazzo@yahoo.com.br

Segundo John Keegan¹, a guerra é um produto da cultura e um instrumento de cultura, portanto, a história militar enquanto um acontecimento exerce influências sobre a historiografia relativa às guerras de um Estado. A história militar é a função dos efeitos que os eventos militares provocaram em uma dada sociedade, tanto sobre a sociedade de uma forma mais ampla quanto sobre seus historiadores. Desta maneira, podemos compreender a relação entre os estudos históricos e a historiografia militar. Para tanto, Keegan cunhou a expressão: “história vista de baixo”, para designar a visão não oficial de um episódio ou campanha militar, pois o mesmo historiador tinha uma percepção da história militar não apenas como o estudo das ações de determinados personagens, mas o estudo das instituições. Para Keegan, o fenômeno da guerra envolve muito mais do que a política e o direito, pois a guerra é também uma expressão da cultura em um sentido amplo. Ela é, tanto um determinante quanto um resultado dos meios culturais e técnicos, sendo pois, um fenômeno altamente complexo, que muda com o tempo, não só nas suas formas, mas também os sentidos.

Assim, a guerra amolda-se e delinea-se conforme suas necessidades e particularidades, e não se encontra isolada da sociedade que a abrange, não sendo assim inerente e distinta de uma história mais ampla dessa sociedade. Assim, para melhor compreendermos as formas culturais da Guerra dos Bárbaros, devemos retomar aqui as crônicas coloniais e os estudos historiográficos que nos ajudam a definir os Tapuia diante de sua multiplicidade histórica e cultural. É importante salientar também que é necessário discutir como a imagem dos sertões da capitania do Rio Grande, associada aos Tapuia, imprimiu um novo conceito à Guerra Brasília.

O sertão Tapuia

Foram os cronistas holandeses no século XVII que primeiro fizeram a associação entre tapuias e sertão. O cronista holandês Gaspar Barléus em “História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil”, de 1647, informou que os tapuias

¹ KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

moravam no sertão brasileiro distante do litoral. Os Tapuia foram vistos por muitos cronistas como gente brava e indômita, constituídos de várias etnias e dados à guerra, descritos ainda como ociosos, cruéis e astuciosos.

Pedro Carrilho de Andrade, em “Memória sobre os índios no Brasil”, de 1699, escreveu que os Tapuia eram seres mais ferozes que qualquer fera dos montes, eram inconstantes por natureza e facilmente persuadidos para o mal e já traziam uma inclinação natural para fazer a guerra, matar e fazer sangue.²

Convém explicar que os Tapuia não formavam um todo homogêneo, como em maior parte e erradamente, entendeu os europeus que aqui chegaram à época dos descobrimentos. Na realidade, os Tapuia estavam divididos em várias nações, diferentes entre si, cada uma com características próprias bem distintas. Para o historiador John Monteiro, se com os outros grupos indígenas um nome genérico englobava semelhanças em suas tradições e padrões culturais, em relação aos Tapuia, tal denominação servia para separá-los dos grupos Tupi que ocupavam o litoral. Segundo Monteiro: “... a denominação representava pouco mais que a antítese da sociedade tupi, sendo, portanto projetada em termos negativos”.³

Apesar das discordâncias quanto ao universo lingüístico, tais grupos indígenas genericamente denominados Tapuia, na verdade eram compostos de diversas tribos diferenciadas em língua e costumes e dispersas numa imensa área que abrangia grande parte do território de, no mínimo, seis capitânias.

Muitos nomes indígenas não são autodenominações tais como *etnônimos*, pois as designações dadas a foram atribuídas por outros povos, também indígenas, mas freqüentemente inimigos, por isso carregam conotações na maioria das vezes, inadequadas. Esse é o caso dos grupos Tapuia, este era o nome pelo qual os índios do litoral os chamavam, isto é, era o nome em língua Tupi dado aos povos do sertão. Devemos lembrar que alguns povos foram denominados a partir do nome de alguns dos seus indivíduos ou de frações de seu grupo étnico, e isto, está ligado historicamente às práticas de controle social empregadas pelos colonos ao tratarem das questões relativas aos indígenas no Brasil.

² ANDRADE, Pedro Carrilho de. Memória sobre os índios no Brasil. In: *Revista do IHGRN*, vol.07, 1909.

³ MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 20.

Utilizamos aqui o termo *sertão* na forma em que Janaina Amado expôs, como sendo uma categoria de entendimento vivido como experiência histórica.⁴ Segundo Amado, os portugueses já utilizavam a palavra *sertão* desde o século XIV, grafado com “s” ou com “c”, para referirem-se às áreas dentro de Portugal, mas que, no entanto, estavam distantes de Lisboa. A partir do século XV a palavra ganhou novos significados e foi utilizada para nomear os espaços vastos, interiores, os quais estavam localizados dentro das possessões recém conquistadas e que pouco ou nada se sabia sobre elas. No século XVI, o vocábulo ganhou destaque nos relatos dos cronistas e viajantes portugueses que estiveram na África, Ásia e América, sendo utilizado até o século XVIII pela Coroa portuguesa e autoridades lusas nas colônias. No início do século XIX a palavra já estava totalmente integrada à língua usada no Brasil, tanto que os viajantes naturalistas europeus que visitaram o Brasil também a usaram em seus relatos.

Chamamos atenção, entretanto, para a construção do imaginário que a palavra *sertão* carregava durante o período colonial no Brasil, pois como uma categoria designativa construída pelos portugueses no processo de colonização, estava carregada de sentidos negativos e ultrapassou assim o sentido original de espaços vastos, e se lhe acrescentaram outros significados mais específicos e adequados a uma situação histórica particular e única: a da conquista e consolidação da colônia brasileira.

Mas a verdade é que o termo *sertão* foi construído e pensado na relação de alteridade em oposição ao litoral. O litoral, portanto, já estava dominado e conhecido pelo branco colonizador, cristão e representante na colônia da cultura e da civilização. Essa dicotomia foi construída uma no inverso da outra, pois desta forma, o *sertão* representava: o desconhecido; o desolado; o perigoso; o lugar dominado pela natureza bruta; um lugar povoado de homens bárbaros, hereges e infiéis. Do ponto de vista do colonizador, *sertão* era o espaço do outro, ao mesmo tempo atraente e misterioso, e que despertava o ímpeto de desbravamento e o sonho do enriquecimento rápido e fácil, assim, facilmente associou-se *sertão* e Tapuia.

Sobre o conceito de espaço, segundo Michel de Certeau,⁵ espaço se entende como um lugar praticado, vivenciado pelo conjunto de movimentos que nele se desdobram, e assim, pensamos em *sertão* como um espaço físico que aos poucos foi sendo transformado pelos próprios relatos coloniais. Para Cristina Pompa: “*As narrativas*

⁴ AMADO, Janaína e FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *O Brasil no Império português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. (Coleção Descobrimo o Brasil).

⁵CERTEAU, Michel de. Apud. POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*. Bauru: Edusc, 2003.

constroem este lugar cultural cristalizando o sertão enquanto conceito, ao mesmo tempo em que ele se dilui enquanto espaço geográfico”.⁶ Foi assim que, concomitante à formulação do conceito e da imagem de sertão, o conceito e a imagem do Tapuia também foi sendo construída. Sobre a imagem do sertão podemos citar uma carta de um missionário da Missão de Gramació, escrita em 1704, em que descreve o que era o sertão da capitania do Rio Grande: “... sertões intratáveis, caminhos ásperos e desabrigos”.⁷

A Nova Guerra, a Guerra Brasílica e a Guerra no Sertão.

A nova organização militar era parte de uma mudança efetivada na Europa, durante os séculos XVI e XVII, período em que se experimentou uma revolução na arte militar dando origem a um novo modelo de guerra, baseado na infantaria armada de piques misturados com soldados armados de arcabuzes e de mosquetes.

Assim, é preciso explicar e inserir a Guerra dos Bárbaros dentro desta perspectiva, numa tentativa de demonstrar as conseqüências destas mudanças que ocorreram nos sertões do período colonial, a fim de esboçar o que seriam e como se deram essas mudanças na cultura e na região em que se travou a guerra. Reconstituir essas mudanças significa evidenciar um processo de gestação, pois era na Guerra Brasílica em que o mundo colonial deixava transparecer as tensões do mundo metropolitano.

Na Europa, durante a Idade Moderna, e conseqüentemente em Portugal, a Nova Guerra começava a tomar forma. Vários foram os aspectos de mudança em relação à arte da guerra a partir deste período, porém, dois merecem destaque: a infantaria e os exércitos permanentes.

Em primeiro lugar, o uso da cavalaria vai perdendo a relevância e a infantaria readquire importância crescente. Desta forma, a infantaria atingirá um grande poder e eficiência quando então a arma de fogo tomou “maior incremento por sua propagação e sua qualidade balística”.⁸ Em segundo lugar, a formação de exércitos permanentes, a partir da Idade Moderna, permitiu ao poder real se destacar e aumentar ainda mais a sua influência. Os exércitos permanentes eram mais bem adestrados e disciplinados,

⁶POMPA, Cristina. *Religião como tradução*: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial. Bauru: Edusc, 2003, p.199.

⁷ Carta de missionário jesuíta. DPH / Ufpe, AHU, Caixa RN 1.

⁸ AZEVEDO, Pedro Cordolino F. de. *História Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p.130.(Coleção Marechal Trompowsky, 12).

garantindo assim a soberania e o poder real. O objetivo dos exércitos era de vencer o inimigo pelo emprego da força e por isso, a guerra se desenvolvia em torno das praças fortes e as batalhas eram travadas de surpresa, ou pelo consentimento recíproco dos adversários. Como consequência disto, surgiram as *guerras de sítio*, com as formas complicadas de ataque, as medidas de segurança e o empenho na redução do inimigo através da fome das forças sitiadas.⁹

O objetivo dos exércitos, como se pode ver então, não era o exército inimigo e sim obter a posse de pontos geográficos ou posições-chave, e o objetivo era assim a conquista de uma cidade, e não a destruição completa do adversário. Neste processo, percebemos então que, a Nova Guerra seguia um modelo que privilegiava a arte do sítio, pois nas palavras de Daniel Beaver: “a guerra se havia tornado científica e era governada por um conjunto de regras”.

Neste período houve uma revitalização no quadro dos oficiais, composto agora por membros da velha nobreza, a serviço do Rei e que em sua maioria, tinham uma formação em escolas de cadetes que surgiram, principalmente, na França e na Prússia antes mesmo de se chegar ao século XVIII.¹⁰ Podemos assim definir que o espírito da época sobre a guerra estava baseado na disciplina rigorosa e no elaborado treinamento e, além disso, os governos fabricavam, armazenavam e forneciam materiais padronizados às tropas tais como: armas, rações, fardamentos e material de acampamento.

Além dos dois aspectos já citados anteriormente, é necessário acrescentar uma explicação sobre dois conceitos que são de suma importância na compreensão das mudanças efetuadas nos modos de guerrear e a transformação da Nova Guerra, ou seja, aquele tipo de guerra empreendida na Europa nos séculos XVI e XVII em relação às Guerras Brasileiras, típicas do Brasil, durante o domínio holandês, que segundo Evaldo Cabral de Mello, consistia “... *fundamentalmente numa mistura ou combinação da arte militar européia e das técnicas de guerrilha*”.¹¹

A arte de como se empregar as forças dos exércitos na luta e a forma de conduzir as operações militares pode ser explicada através de dois conceitos ou noções: o da *tática* e o da *estratégia*.

⁹ Id. *Ibidem.*, p. 135.

¹⁰ BEAVER, Daniel R. A evolução cultural, o desenvolvimento tecnológico e a condução da guerra no século XVII. In: WEIGLEY, Russell F. *Novas dimensões da história militar*. 1981, p.104.

¹¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Forense Universitária / Edusp, 1975, p.217.

A tática refere-se à ordem ou o arranjo na disposição dos exércitos, é a maneira de se travar a batalha ou de como conduzir uma tropa em um determinado terreno. A tática diz respeito à forma como se deve pôr em ação as tropas na batalha, e o modo de emprego dessas tropas nas batalhas, em suma, é o que se refere a como se deve combater.

A estratégia, por sua vez, subordina a tática e possui maior amplitude, que visa à direção geral das forças em campanha, tendo em vista o conjunto de manobras idealizadas e assentadas com antecedência pelo alto comando para a obtenção da vitória. Assim, a estratégia refere-se a como traçar os planos e comandar os exércitos, e deste modo, define quando e onde se deve combater. Segundo o historiador militar, Pedro Cordolino:

*“É difícil estabelecer um limite preciso e claro para cada uma, porque ambas tem por objeto a combinação de todos os recursos bélicos no tempo e no espaço para a obtenção rápida da vitória”.*¹²

A origem das tropas portuguesas remete-se ao período das Guerras de Libertação, que buscavam libertar a Península Ibérica dos “mouros” infiéis. Dentre os documentos que podem nos ajudar a compreender essa evolução ocorrida na formação das tropas portuguesas, podemos citar: o “Regimento” de sete de agosto de 1549; a “Lei de Armas” de nove de dezembro de 1569; o “Regimento de Ordenanças” datado de dez de dezembro de 1570; e por fim, a “Provisão de Ordenanças” concluída em quinze de maio de 1574.

Até o início do século XVI em Portugal, ainda não se havia efetivado uma diferenciação muito clara entre Exército, Milícias ou Ordenanças, afinal a maioria das tropas eram formadas para um fim específico, ou seja, para a defesa do território, e depois eram dissolvidas quando a ameaça ou o conflito findava.

Na Idade Moderna surgiram mudanças no universo das táticas, devido à relevância que a infantaria foi adquirindo com o passar do tempo e a formação de exércitos permanentes, que eram mais bem adestrados e disciplinados, além do uso das armas de fogo, também influenciaram estas mudanças exigindo adaptações nas táticas de guerra. Na Espanha, em 1534, surgira uma nova formação com inspiração na falange suíça, o *Tercio* Espanhol. Na sua composição, o *Terço* era formado por três mil homens

¹² AZEVEDO, Pedro Cordolino F. de. Op. Cit., p. 45.

divididos em doze companhias de duzentos e cinqüenta soldados cada um¹³. Essa informação diverge da fornecida por Puntoni¹⁴, que afirma ser formada a companhia por quinhentos homens cada uma. No mais, as informações coincidem, pois os Terços eram comandados por um capitão, e a cada cem homens havia um cabo de batalhão, e a cada dez homens um cabo de esquadra. O capitão também era auxiliado por um sargento e um alferes.

A situação na Colônia portuguesa, o Brasil, no que se refere à defesa bélica, expressava as condições da metrópole, que se voltava neste momento para as áreas mais lucrativas, localizadas no Oriente. Desta maneira a organização da defesa do Brasil ficou a cargo da sociedade da colônia que se baseou na cooptação dos habitantes da colônia, liberando a metrópole de envolver largas forças militares na defesa das novas terras. Aqueles que se transferiram para o Brasil tinham amplos poderes no que se referia a defesa das terras novas, inclusive o de arcar com os custos da defesa. Tinham como parâmetro de ordem os Regimentos, como os do Governador Tomé de Souza de 1548 e o do Governador Francisco Giraldes de 1588. Em ambos os Regimentos, havia instruções para a organização militar no que dizia respeito às forças terrestres. Basicamente, ficava assim definida a questão da organização das tropas no Brasil:

1- Tropas regulares - advindas do reino, equipadas com armas, recebiam soldo, fardamento e farinha, e as acompanhavam os governadores gerais (autoridade colonial) como também os próprios donatários ou aqueles que pretendiam montar engenho ou fundar lavoura. Em geral passavam por treinamento militar.

2- Tropas semi-regulares - compostas por moradores, povoadores, sesmeiros, que deixavam os seus trabalhos para acudir às necessidades militares quando fosse preciso. Eram denominadas semi-regulares, pois eram institucionalizadas pela legislação e constituíam-se pelas forças dos Serviços de Ordenanças. As Ordenanças não possuíam treinamento militar sistemático, pois permaneciam em seus trabalhos particulares e apenas em caso de grave perturbação eram solicitados. Deveriam possuir armas e equipamentos por sua própria conta e não recebiam soldo.

3- Tropas irregulares - Eram organizadas a partir da iniciativa dos colonos, moradores ou colonizadores, ficando à margem da legislação, isto é, à margem da

¹³ SANTOS, Francisco Ruas. *A Arte da Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. (Coleção Marechal Trompowsky, 13).

¹⁴ PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira na América portuguesa (1550-1700) In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrick. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

vontade das autoridades metropolitanas, e suas necessidades eram atendidas segundo a vontade das autoridades locais.¹⁵

Outra característica das campanhas militares no Brasil foi o aproveitamento dos indígenas, onde se aplicou uma política de alianças com os grupos indígenas locais, pois era um método já utilizado com sucesso na África.¹⁶ Indispensáveis, já no Regimento de Tomé de Souza (1549), existiam normas estabelecidas para o recrutamento de guerreiros junto às tribos amigas, e esta presença do indígena nas campanhas e estruturas militares da colônia imprimiu sua forma característica de guerrear, e junto com os colonos, gestou e amalgamou elementos europeus aos elementos indígenas, dando origem a uma forma de expedição militar e de luta que melhor se adaptava à realidade do meio brasileiro. Esta maneira específica de luta armada no Brasil ficou conhecida como Guerra Brasileira, a qual durante a invasão holandesa, se fortaleceu e destacou a importância do elemento indígena na manutenção da colônia. Para Evaldo Cabral de Mello essa guerra foi:

*“Aprendida dos índios durante mais de cem anos de convívio e conflito ao longo da marinha ou nos fundos do “sertão”, a “guerra volante” já se havia incorporado em começos do século XVII, ao patrimônio – cultural da população luso-brasileira...”*¹⁷

(grifo nosso)

Foi exatamente a partir das invasões holandesas na Bahia em 1624 e em Pernambuco em 1630, que se pôs em ação, em maior escala, a organização militar organizada pela metrópole para o Brasil. Neste período, este tipo de guerra, tipicamente brasileira, foi se formando, através das campanhas militares baseadas em emboscadas realizadas por meio do uso de pequenos grupos de homens possuidores de extrema mobilidade e com grande capacidade de ataques de surpresa. Esses pequenos grupos volantes tinham como objetivo o crescimento progressivo das próprias forças mediante a incorporação de novos combatentes e a abertura de novas frentes guerrilheiras até que se pudesse travar com êxito combates diretos contra as tropas regulares inimigas.

Na colônia, por influência dos índios, a guerra seguiu outras regras, utilizando a mata e os terrenos para em pequenos grupos dar cabo dos inimigos. Essa maneira de guerrear foi assimilada pelos portugueses e não há dúvidas que foi uma forma impiedosa e cruel de combater e sem qualquer traço de cavalheirismo, porém, muito eficaz contra os

¹⁵ WERNECK SODRÉ, Nelson. *A História Militar do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

¹⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 97.

¹⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit., p. 219.

inimigos. Os brasílicos, conhecedores que eram do terreno e bem adaptados à natureza, idealizaram novas táticas de luta, que assim conjugavam: surpresa, manha, astúcia, ligeireza e agilidade.

Na formação normal da chamada Nova Guerra, empreendida na Europa, também conhecida como Guerra de Flandres, levava-se em conta o terreno livre, de amplos espaços para o desenvolvimento dos combates e da evolução das brigadas, pois tinham como base a formação de duas linhas, integrando armas de fogo e armas brancas, que em marcha desdobravam-se em vanguarda, batalha e retaguarda. No entanto, nas guerras brasílicas, essa formação tinha pouca valia, face às características bem próprias da guerra de emboscadas e com a utilização do elemento surpresa. Os conhecimentos táticos e estratégicos cederam lugar à malícia e ao elemento surpresa, desenvolvidos e praticados pelos índios, e pela improvisação dos brasílicos, obedecendo sempre à topografia e à vegetação do terreno. Além disso, adaptava-se melhor que os europeus às provações, tais como a falta de víveres, enquanto os soldados europeus carregavam sempre alforjes, armas, chumbo, pólvora, farinha e demais apetrechos.

A participação indígena nos contingentes militares devia-se à escassez de homens para incorporação no contingente militar, sendo então a participação militar indígena não somente necessária, mas a única maneira dos agrupamentos militares coloniais conseguirem um equilíbrio no número de homens em combate. Além disso, os indígenas eram peças estratégicas, uma vez que estavam adaptados às características físicas dos sertões e as condições de sobrevivência, além de levar consigo pouco peso, pois tudo que necessitavam retiravam do meio que os circundavam. Para os indígenas a participação justificava-se tendo em vista garantir a paz, bem como sua própria sobrevivência. Também residia no fato que ao se aliarem aos luso-brasileiros teriam a possibilidade de combater seus inimigos nas lutas intertribais.

Devemos levar em conta também a coerção a que esses indígenas foram submetidos, quando foram forçados a se engajar nos contingentes militares e a possibilidade de concessão de terras para si na forma de sesmarias, pois ao fim dos conflitos era comum a distribuição de mercês em forma de sesmarias, tornando-os assim, vassallos da Coroa portuguesa.

“Guerra dos Bárbaros”: índios e colonos na Guerra do Sertão.

Os conflitos ocorridos entre colonos e índios no decorrer do final do século XVII, nas áreas que correspondiam aos chamados sertões das capitânicas significaram um

momento em que na impossibilidade de se obter sucesso ao utilizar um sistema de tática e estratégia da Nova Guerra européia, foi preciso adaptar-se a Guerra Brasileira para um novo sistema de guerra que será paulatinamente empreendido a partir da experiência adquirida no contato com os “gentios bravos”, os Tapuia.

No contexto da Guerra dos Bárbaros, foram então aplicadas mudanças ao empreendimento militar à medida do desenrolar do conflito e do próprio contato com os índios. Mudanças as quais foram acontecendo a partir das formas pelas quais os grupos indígenas responderam em relação a uma situação de conflito, e também do comportamento dos colonos diante de um estado de guerra.

Muitos são os relatos no que concerne à questão da forma como os portugueses se referiam ao temperamento dos indígenas e sobre como estes faziam a guerra. Citamos aqui uma carta enviada ao rei, e posteriormente remetida ao Conselho Ultramarino, datada de 23 de março de 1688, por Joseph Lopes de Ulhoa em que faz este relato sobre os Tapuia Janduí:

“... são muito diferentes dos outros porque não tem aldeas nem parte certa em que vivão e sempre andão volantes sustentandosse algumas vezes dos frutos da terra e cassa que matão e outras de algum gado que lhes dão os vaqueiros o eles lhe roubão.”¹⁸

Em outra parte da carta informa ainda o mesmo Lopes de Ulhoa, sobre se querer castigar os índios por força das armas, para ele isto era:

“... quasi impossível porque logo que tiverem notícia que os vão buscar para castigar se hão de por em fugida, e com muitos cuidadosos e diligentes que seião os que forem em seu seguimento os não poderão alcançar pela ligeireza com que este gentio marcha e pouco pezo das armas que levão sem lhes ser necessário carregar os mantimentos com que se hão de sustentar...”¹⁹

Dando ênfase à natureza tida como demoníaca dos tapuias, muitos colonos, missionários e militares destacavam em seus relatos algumas atitudes que comprovassem isto, como a que o governador e capitão-geral da capitania de Pernambuco, Manoel de Sousa Tavares, em 20 de outubro de 1708, descreve em sua carta ao Conselho Ultramarino:

“... as grandes extorsões e hostilidades que tem feito nas terras delas os índios de corso nossos inimigos destruindo não só as fazendas de seus moradores, mas tirando inumanamente a vida, sofrendo a sua crueldade a não perdoar até alguns religiosos missionários e com tal excesso ao padre Amaro Barbosa que depois da morte abrirão e lhe tirarão o coração fazendo muitos desafetos as imagens de

¹⁸ Carta de Joseph Lopes de Ulhoa ao rei de Portugal. DPH / Ufpe, AHU, Caixa RN 1.

¹⁹ Idem., DPH / Ufpe, AHU, Caixa RN 1.

uma igreja em que entrarão pondo as por terra quebrando lhe apenas e doutros ignominiosamente...”(grifo nosso)²⁰

Notamos que para justificar a guerra contra os indígenas, as autoridades coloniais relacionavam a maneira dos indígenas de fazer a guerra com a ignomínia, a crueldade e a falta de humanidade, como atitudes que revelavam associação com o demônio e uma distância daquilo que era considerado cristão.

Os relatos de administradores ou militares comentavam sobre como os indígenas comportavam-se quando empreendiam a guerra. Nestes relatos frisavam a inconstância, a falsidade e a barbaridade dos indígenas quando estes estavam numa situação de guerra, principalmente, quando esta guerra era contra os colonos brancos. O historiador pernambucano, José Antonio Gonsalves de Mello, em artigo na revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano reproduz o relato de Gregório Varela de Berredo Pereira, nos anos de 1689 a 1690 sobre a administração do governador de Pernambuco, Luís da Câmara Coutinho, referindo-se sobre a maneira dos tapuias fazerem a guerra:

“... na guerra não dão quartel a ninguém, nem apresentam batalha a cara descoberta, senão com súbitas avançadas e depois por detrás das árvores fazem os seus tiros; usam muito de gritarias para meterem terror.”²¹

E continua o seu relato acerca da guerra tapuia:

“... que, se este inimigo fizera forma de batalha, depressa fora desbaratado, mas são nações estas fora de todo o uso militar, porque as suas avançadas são de súbito, dando urros que fazem tremer a terra para meterem terror e espanto e logo se espalham e se metem detrás das árvores, fazendo momos como bugios, que sucede as vezes meterem-lhe duas e três armas e rara vez se acerta o tiro pelo jeito que fazem com o corpo.”²²

Ainda acerca deste comportamento inaceitável dos tapuias ao fazer a guerra, em carta de 04 de dezembro de 1688, o arcebispo governador do Brasil em carta destinada ao capitão-mor da capitania do Rio Grande, Agostinho César de Andrada, descrevendo acerca do modo dos Tapuia fazerem a guerra:

“Mas como a guerra dos Bárbaros é tão desordenada, e elles tem tão innumerável gente, que ao mesmo tempo invadem a nossa em diversas partes sempre repentinamente e não é possível que dahi, estando uns, e outros cabos tão distantes possam dirigir as operações...”²³

²⁰ Carta do governador e capitão-geral da capitania de Pernambuco. DPH / Ufpe, AHU, Códice 258, f. 107 V, 108.

²¹ MELLO, José Antonio Gonsalves de. Pernambuco ao tempo de Câmara Coutinho (1689-90). In: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Volume 51, 1979, p. 266.

²² Id. Ibidem., p. 267.

²³ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, Vol X, 1929, p. 342.

E em outra carta endereçada aos mestres de campo, Antonio de Albuquerque da Câmara e Domingos Jorge Velho, de 30 de novembro de 1688, o governador continua a relatar acerca da Guerra dos Bárbaros:

“... a guerra destes Bárbaros é irregular e diversa das mais nações porque não formam exércitos nem apresentam batalhas na campanha, antes são de salto as suas investidas, ora em uma, ora em outra parte, já juntos, já divididos.”²⁴

Para os administradores e militares, esse era um comportamento totalmente fora do comum, e que por esse motivo muitas vezes era necessário que os soldados tivessem muito cuidado na guerra contra os Tapuia, ou poderiam ser facilmente enganados e vencidos por eles. Tal como na resposta a uma consulta feita ao Conselho Ultramarino, em dezembro de 1699, o mesmo Conselho comunica que os índios durante a guerra atacavam na vanguarda e na retaguarda e faziam uso de flechas envenenadas.²⁵ Desta forma, observamos um pouco das estratégias e táticas que os indígenas faziam uso e que na concepção da Nova Guerra, que era a referência, isto estava fora da ordem militar vigente e por isso mesmo considerada uma forma “bárbara” e “ilegítima” de se fazer a guerra.

Outro artifício usado pelos indígenas durante a Guerra dos Bárbaros era que no momento em que se sentiam encurralados numa situação extrema de perigo de morte, costumavam procurar abrigo em outros lugares pedindo as pazes às autoridades locais, e assim, continuavam sob proteção até que voltassem a fugir para o sertão novamente. Em uma carta, de 31 de janeiro de 1699, do governador geral do Estado do Brasil D. João de Lencastro, escrevendo ao capitão-mor do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo, recomenda cuidado com a paz estabelecida com os índios na capitania do Rio Grande, pois:

“... bem sabe, vossa mercê (e bem o teem eles sentido) que estes brutos a não guardam, senão enquanto lhes convém, e que debaixo dela, teem feito também repetidas vezes, na fazenda, e vidas dos mesmos moradores as mortes, e estragos que os obrigaram a pedir a Sua Majestade, e a este governo por várias cartas, se acudisse prontamente ao perigo a que se viam expostos, assim pela pouca constância que estes bárbaros tinham...”²⁶

Outro stratagema utilizado pelos indígenas era impedir que os missionários se estabelecessem junto às outras nações, impossibilitando qualquer tentativa de manter essas nações submetidas ao controle colonial. Como exemplo, transcrevemos parte de

²⁴ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, Vol X, 1929, p. 348.

²⁵ Consulta ao Conselho Ultramarino. DPH / Ufpe, AHU, f. 164 a 165 V.

²⁶ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Volume XXXIX, 1938, p. 35.

uma carta de Manuel Álvares de Moraes Navarro ao rei, em 14 de abril de 1700, onde o capitão do Terço dos Paulistas informava: “... tendo notícia que o tapuia Jandoins, Coriús, faziam o possível para não permitir que os missionários fossem para os Payacus, para unindo-se a eles poder destruir melhor”.²⁷

Uma outra tática utilizada pelos Tapuia para exaurir os Terços era levar as tropas por caminhos e lugares de difícil locomoção, onde geralmente, havia escassez de água e de alimentos. Manuel Álvares de Moraes Navarro deixou claro a dificuldade de se perseguir os Tapuia pelos sertões ao descrever um embate contra os janduí que atacaram a aldeia do Apodi em 1700. Moraes Navarro havia enviado o sargento-mor Joseph de Moraes Navarro para punir os revoltosos e este, juntamente com alguns índios armados da aldeia de Apodi saíram em perseguição:

“... e foram contra o inimigo e tiveram peleja por duas horas e vendo o inimigo as mortes que tinham assim como os feridos, fugiram, sendo seguidos por seis dias quando os alcançaram numa serra “mui fragosa de pedrarias e espinhos, onde mataram um soldado e feriram outro, mas fugiram não podendo ser seguidos”...”²⁸

Moraes Navarro explica que foi impossível ao sargento-mor continuar a perseguição, pois o local era: “...muito estéril sem frutos, raízes nem com o que sustentar, e muitos se achavam doentes, retirando-se a Infantaria para o Arrayal”.²⁹

O capitão-mor da Paraíba, Theodósio de Oliveira Ledo, também relata sobre como um Terço fora vítima da mesma tática, quando no mesmo ano em luta contra os tapuias teve um grande trabalho: “... nas dilatadas marchas que por asperíssimas serras, certões e matos tem feito para se fazer a guerra dos tapuias com despesa sem ajuda de custo da fazenda Real”.³⁰

No compêndio transcrito por Gonçalves de Mello, encontramos referência a esta astuta forma de resistir dos indígenas, aos ataques dos Terços. No documento está o relato de como o capitão Afonso de Albertim teve que desistir da perseguição aos bárbaros, pois: “... não foi possível alcançá-los por se espalharem por um monte de penedia com que se perdeu a trilha e por muitos dias não houve notícia deles”.³¹ E mais adiante, no mesmo relato, Gregório Varela de Berredo Pereira fala também das dificuldades sobre se conseguir dominar os tapuias, afinal:

²⁷ Carta de Manoel Álvares de Moraes Navarro ao rei. DPH / Ufpe, AHU, Caixa RN 1.

²⁸ Carta de Manoel Álvares de Moraes Navarro ao rei. DPH / Ufpe, AHU, Caixa Rn 1.

²⁹ Carta de Manoel Álvares de Moraes Navarro ao rei. DPH / Ufpe, AHU, Caixa Rn 1.

³⁰ Carta do capitão-mor da Paraíba Teodósio de Oliveira Ledo. DPH / Ufpe, AHU, Códice 257, f. 287.

³¹ MELLO, José Antonio Gonsalves de. Pernambuco ao tempo de Câmara Coutinho (1689-90). In: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Volume 51, 1979, p. 267.

“... por serem guerra contra todo o direito de milícia, por serem por sertões e montanhas de ásperos montes e dilatadas jornadas e o mantimento ser carregado às costas dos soldados, e nações que não fazem cara nem forma de batalha...”³²

Então para os soldados dos terços era quase impossível compreender esta nova forma de empreender a guerra, pois contrariava as normas ditadas pela Nova Guerra. Além disso, os Tapuia assimilaram parte da cultura de guerra dos brancos colonizadores. Aprenderam a criar e usar cavalos para a guerra e usar armas de fogo, dentre outras coisas. Em relação a este aspecto de adaptação dos indígenas, no texto de uma carta datada de novembro de 1659, escrita pelo conde Miranda Andrada para a rainha de Portugal encontramos um relato do uso de cavalos pelos indígenas:

“... e hoje se vão fazendo poderosos, por terem muita criação de égoas, e co qualquer disciplina nos poderão fazer muito dano como fazem os araveanos em Índias, que dão grande opressão aos naturais, com quem sempre tem guerra contínua, e isto por se lhe não atalhar no princípio o orgulho que mostravão”³³

Outra informação sobre a utilização de cavalos está em uma carta da rainha ao governador de Pernambuco sobre informações que tivera de Francisco Barreto e Matias de Albuquerque Maranhão a respeito dos Janduís, onde informa que os tapuias estão soberbos: *“... por terem já muita quantia de cavalos em que se exercitam como doutrinação que lhes deixaram os holandeses”³⁴*

A utilização das armas de fogo também foi uma importante adaptação do indígena, tirando proveito dos mecanismos militares coloniais. Valendo-se dos contatos com piratas estrangeiros, muitas nações indígenas conseguiram obter armas de fogo. Em julho de 1694, Morais Navarro em carta ao rei, afirmou que os tapuias:

“... fazem pazes com qualquer navio estrangeiro que viera aquela costa, pois tanto suspirão pellos olandeses, e he certo ser qualquer inimigo lhe desse armas de fogo, só elles bastavão para nos conquistarem por terra pois são tantos como as folhas, e no valor não lhes excedemos mais que na desigualdade das armas”³⁵

Em documento de outubro de 1688, Matias da Cunha, em carta que escreveu ao bispo governador de Pernambuco, comentava acerca dos problemas que representava a posse de armas de fogo pelos tapuias. Nesta carta, diz que diversos foram os avisos que

³² Id. Ibidem., p. 284.

³³ Carta do conde Miranda de Andrada. Documentos para a História do Brasil. Coleção Studart. Revista Trimensal do IHC, tomo 34, 1920, p.327.

³⁴ Carta da rainha ao governador de Pernambuco. DPH / Ufpe, AHU, Códice 275, f. 315 V.

³⁵ Carta de Manoel Álvares de Morais Navarro. Annaes do Archivo Público e do Museu do Estado da Bahia. Ano III, Volume IV e V, 1919, p.142.

chegaram ao Governo Geral a respeito desta situação, inclusive notícias disto enviadas por Domingos Jorge Velho. Dizia Matias da Cunha:

*“... que trazem os bárbaros grande número de armas de fogo: a... em o das que podiam ter tomado aos moradores do Rio Grande quando os matavam e devastavam aquella Capitania. Uns affirmam que os navios de Piratas que por vezes entravam o Rio Assu (navegável de embarcações maiores por distância de oito léguas em cujas ribeiras havia de uma e outra parte muitos curraes de gado) commerciando com Tapuias Janduins lhe deram as armas e munições com que pelejam: e outros, que tendo o mesmo commércio com elles o Capitão-Mor da Fortaleza do Seara, lhe dera pólvora, e munições que ainda lhe duram”.*³⁶

O governador geral pediu ao capitão que com todo cuidado averiguasse de onde vinham estas armas e pólvora e quem poderia as estar fornecendo. Fica claro que os tapuias conseguiram se apropriar de um elemento característico da Nova Guerra em benefício próprio, o que já causava sérios prejuízos aos colonos.

Em comprovação a tais prejuízos encontramos uma carta de abril de 1700, do jesuíta Phelippe Bourel destinada ao rei, em que este relata os problemas que teve com os Tapuia durante o período em que esteve na missão do Apodi. Bourel certifica em sua carta que quando da sua viagem do Assu para o Apodi em dezembro de 1699, do:

*“... grandíssimo risco que avia, por ser necessário passar pella terra dos Maroduzes, por outro nome Jandoims nação fera e bárbara que não somente se tinham gabado de me aver de me matar a mim mas em effeito depois me acometerão na minha Missão atirando me com muitas espingardas, matando e cativando muita gente desta minha missão”.*³⁷

Outro problema advindo da adaptação dos indígenas em fazer uso das armas de fogo, eram os ataques aos colonos no intuito de consegui-las. Acerca disto, no relato de Manoel Álvares de Moraes Navarro se dirigindo ao rei, em maio de 1700, não só comenta o ataque dos Tapuia à missão do padre Bourel, mas também sobre que: *“...ultimamente soube que queriam matar todos os moradores a fim de lhe tomarem as armas”*. E ainda que, os Janduís: *“... recentemente trouxeram alguns tapuias contrários cativos com ânimo de os vender a troco de armas de fogo”.*³⁸

Em 1703, O rei de Portugal D. Pedro II baixou a resolução para que o Ouvidor Geral da Paraíba fosse:

“... todos os anos em correição a Capitania do Rio Grande tirar devassa das pessoas que introduzirem armas de fogo aos índios nossos inimigos pelo grande dano que disso resulta... ordena que tendo notícia que há pessoas que cometem este crime de venderem armas e munições aos índios que os denunciem ao Juiz Ordinário para que

³⁶ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Volume X, 1929, p. 326.

³⁷ Carta do jesuíta Phelippe Bourel. DPH / Ufpe, AHU, Caixa RN 1.

³⁸ Carta de Manoel Álvares de Moraes Navarro. DPH / Ufpe, AHU, Caixa n. 10, Documento n. 04.

se possa inquirir e devassar este caso e proceder conforme o direito que se guarda nestes delitos”.³⁹

O problema persistia, tanto que em outubro de 1706, o rei de Portugal escrevendo ao governador de Pernambuco, Francisco de Castro Moraes, que havia recebido uma queixa do padre Phelippe Bourel: “... de que os moradores de Cunhaú e Goyaninha que compravam Tapuyas a troco de espingardas a outros que os haviam capturado na guerra”.⁴⁰ O rei ordenava que fosse avisado destes casos e que se tirasse devassa a mais rápida possível.

O comportamento dos militares e colonos durante a guerra também não poderia ser considerado justo ou cristão, pois pretendiam o extermínio ou completa dominação dos indígenas. Tanto é que, em carta de janeiro de 1699 de D. João de Lencastro dirigida ao capitão-mor da capitania do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo, dava indicação que:

*“... dará Vossa Mercê ao Mestre de Campo todos os que lhe pedir para a dita conquista, em que Vossa Mercê há de por todas as forças, para que aqueles Bárbaros fiquem extintos de todo ...”*⁴¹

Desde sempre a guerra contra os Tapuia foi considerada justa pelas autoridades administrativas e por isso mesmo deveria-se degolar e no mínimo, escravizar esses indígenas. Matias da Cunha, governador geral, sobre este assunto escreve para o capitão Domingos Jorge Velho para que este partisse com o contingente que tivesse para lutar contra os bárbaros no Rio Grande:

*“... e o mais prompto é marchar Vossa Mercê dahi com todas as forças que tiver sobre aquele bárbaro, e fazer-lhe todo o damno que puder... Espero que não só terão todas as glórias de degollarem os bárbaros, mas a utilidade dos que prisionarem, porque por a guerra ser justa resolvi em Conselho de Estado, que para isso se fez, que fossem captivos todos os Bárbaros que nella ser prisionassem na forma do Regimento de Sua Majestade de 611”*⁴²

Apesar de todos os esforços e tentativas de se acabar com a Guerra dos Bárbaros, o intento não foi alcançado, o que levou ao então governador geral Frei Manoel da Ressurreição, em 1690, empreender mudanças nas táticas e na estratégia de guerra

³⁹ Resolução do rei de Portugal. DPH / Ufpe, AHU, Códice 257, f. 135v e 136.

⁴⁰ Carta do rei de Portugal ao governador de Pernambuco. DPH / Ufpe, AHU, Códice 257, f. 198v e 199.

⁴¹ Documentos da Biblioteca Nacional. Volume XXXIX, 1938, p. 20.

⁴² Documentos da Biblioteca Nacional. Volume X, 1929, p. 262.

até então colocada em prática contra os Tapuia. Em dois documentos estas mudanças foram explicitadas, de forma que se pudesse finalmente dar cabo dos indígenas tapuias nas capitanias do Norte do Brasil. A guerra ficava à cargo de um único capitão, Matias Cardoso de Almeida, que recebeu patente de mestre de campo e governador da guerra:

“... que há de fazer por novo estylo a esses Bárbaros: e a reformar para este effeito o Mestre de Campo, Antonio de Albuquerque da Câmara, Capitão-Mor Manoel de Abreu Soares, e todos os postos que a princípio se criaram, e a mandar retirar para os seus presídios, e casas toda a Infantaria paga, miliciana e preta do Terço de Henrique Dias, e exceptuados todos os Índios do Camarão e os mais das Aldeias dessas Capitánias, que ordeno o acompanhe, e as mais pessoas brancas, mamlucos, e pardos que voluntariamente o quiserem seguir...”⁴³

Ainda permanecia o Regimento do mestre de campo Domingos Jorge Velho com todos os seus oficiais e o contingente que trouxera consigo de São Paulo, porém neste momento estava isento da autoridade do mestre de campo e governador da guerra, Matias Cardoso de Almeida, podendo empreender a guerra segundo a sua conveniência. No Alvará de reformulação dos postos da guerra, o frei Manoel da Ressurreição instruiu como os militares deveriam empreender a guerra, deixando bem claro a necessidade de se pôr um fim à esta:

“... se não devem esperar defensivamente nos Arraiaes, em que se acham as mesmas armas; senão seguindo-os até lhes queimarem e destruírem as Aldeias, e elles ficarem totalmente debellados, e resultar da sua extinção, não só a memória, e temor do seu castigo, mas a tranquillidade, e segurança com que Sua Majestade quer que vivam, e se conservem seus vassallos, como por tão duplicadas ordens tem recommendado a este Governo”⁴⁴

A partir de então os rumos da guerra estariam, portanto definidos em direção ao extermínio completo, de uma forma ou de outra. Seja através da morte durante o conflito, pela escravidão ou pela redução completa e transformação destes Tapuia em caboclos.

⁴³ Documentos da Biblioteca Nacional. Volume X, 1929, p. 383.

⁴⁴ Documentos da Biblioteca Nacional. Volume X, 1929, p. 385.

Bibliografia

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000
- AMADO, Janaína e FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *O Brasil no Império português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.(Coleção Descobrimdo o Brasil).
- ANDRADE, Pedro Carrilho de. Memória sobre os índios no Brasil. In: *Revista do IHGRN*, vol.07, 1909.
- AZEVEDO, Pedro Cordolino F. de. *História Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, (Coleção Marechal Trompowsky, 12).
- BEAVER, Daniel R. A evolução cultural, o desenvolvimento tecnológico e a condução da guerra no século XVII. In: WEIGLEY, Russell F. *Novas dimensões da historia militar*. 1981
- KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Forense Universitária / Edusp, 1975.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. Pernambuco ao tempo de Câmara Coutinho (1689-90). In: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Volume 51, 1979.
- MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*. Bauru: Edusc, 2003.
- PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira na América portuguesa (1550-1700) In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrick. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- SANTOS, Francisco Ruas. *A Arte da Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. (Coleção Marechal Trompowsky, 13).
- WERNECK SODRÉ, Nelson. *A História Militar do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.